

RiGS

revista interdisciplinar de gestão social

v.12 n.3 set./dez. 2023
ISSN: 2317-2428
www.rigs.ufba.br



RiGS

revista interdisciplinar de gestão social

Publicação acadêmica, quadrimestral. Publica 3 tipos de documentos: textos, fotos e vídeos. Estimula 6 tipos de contribuições: tecnológica, teórica, vivencial, indicativa, fotográfica e audiovisual. Explora a gestão social de forma ampla ao situá-la na contemporaneidade, em territórios pluridisciplinares de prática e na investigação acadêmica. Difunde estudos pautados pela interdisciplinaridade.

v.12 n.3 set./dez. 2023 ISSN: 2317-2428

www.rigs.ufba.br



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO E
GESTÃO SOCIAL



Universidade Federal da Bahia
Reitor: Prof. Dr. Paulo Cesar Miguez de Oliveira
Vice-Reitor: Penildon Silva Filho

Escola de Administração/ UFBA
Diretor: Prof. Dr. André Luis Nascimento dos Santos
Vice-Diretora: Profa. Dra. Bárbara Maria Dultra Pereira

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Social (PDGS)
Coordenação: Prof. Dra. Luiza Reis Teixeira
Vice-coordenação: Profa. Dra Morgana Martins Krieger

Revisão da Língua Portuguesa e Normalização
Equipe Edufba/ Pontual Traduções

Gestão de Design e Diagramação
Zeta Studio

Foto da Capa
Maria Cardozo

Diagramação
Zeta Studio

Revista interdisciplinar de gestão social / Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social. – v.12 n.3 (set./dez. 2023)- . - Salvador : EAUFBA, 2014 - . v.

Quadrimestral.
Descrição baseada em: Vol. 1, n.1 (jan./ abr. 2012).

ISSN 2317-2428

1. Administração local - Periódicos. 2. Desenvolvimento social - Periódicos. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração.

CDD 352

EDITORAS - CHEFE

Maria Elisabete Pereira dos Santos
Universidade Federal da Bahia, Brasil
Luiza Reis Teixeira
Universidade Federal da Bahia, Brasil
Morgana Gertrudes Martins Krieger
Universidade Federal da Bahia, Brasil

EDITORES ASSOCIADOS

Eduardo Paes Barreto Davel
Universidade Federal da Bahia, Brasil
Fabio Bittencourt Meira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Leticia Dias Fantinel
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
Paula Chies Schommer
Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil
Maria Amélia Jundurian Corá
Universidade Federal de Alagoas, Brasil

GESTOR EXECUTIVO

Daniel Chaves
Universidade Federal da Bahia, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre de Pádua Carreri,
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Alketa Peci, Fundação
Getulio Vargas, Rio de Janeiro
Ana Sílvia Rocha Ipiranga,
Universidade Estadual do Ceará, Brasil
Anderson de Souza Sant'Anna,
Fundação Dom Cabral, Brasil
Andrea Leite Rodrigues,
Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades
Antonia de Lourdes Colbari,
Universidade Federal do Espírito Santo
Antonio Strati,
École Polytechnique de Paris, França; Facoltà di Sociologia, Università degli Studi di Trento, Itália
Ariadne Scalfoni Rigo,
Universidade Federal da Bahia, Brasil
Cintia Rodrigues de Oliveira,
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Eda Castro Lucas de Souza,
Universidade de Brasília
Fabio Bittencourt Meira,
Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

PPGA-UFRGS, Brasil
Fabio Vizeu Ferreira,
Universidade Positivo, Brasil
Fernando Gomes de Paiva Júnior,
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
Jeová Torres Silva Júnior,
Universidade Federal do Cariri, UFCA - Brasil, Brasil
João Martins Tude,
Universidade Federal da Bahia
José Antonio Gomes de Pinho,
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil
Josiane Silva de Oliveira,
Universidade Estadual de Maringá, UEM, Brasil
Leticia Dias Fantinel,
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
Luciano Junqueira,
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Luiz Alex Silva Saraiva,
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Marcelo de Souza Bispo,
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Maria Amélia Jundurian Corá,
Universidade Federal de Alagoas
Maria Ester de Freitas,
Fundação Getulio Vargas - SP/ EAESP, Brasil
Miguel Pina e Cunha,
Nova School of Business and Economics Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Paula Chies Schommer,
Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil
Pedro Bendassolli,
Universidade Federal Rio de Norte
Silvia Gherardi,
Facoltà di Sociologia, Università degli Studi di Trento, Italia
Tânia Fischer,
Universidade Federal da Bahia – Brasil

sumário

9 Editorial

CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA

11 O caso Braskem em Maceió: uma análise dos riscos operacionais sob a ótica das práticas ESG

Giovanna Adler Souza Marques

Sarah Silva Coelho

Patrícia Maria Emerenciano de Mendonça

33 Categorias de Gestão Social na Participação em Órgãos Colegiados: Uma Revisão da Literatura Brasileira

Samara Souza Maciel

Washington José de Sousa

Francisco Raniere Moreira da Silva

55 “Antes Eu Era Peão, Depois Fiquei Patrão”: Construções e Vivências na Relação do Sujeito Com o Trabalho

Diélen Caron

Pedro Henrique de Góis

Contribuição Vivencial

79 Quarto de Despejo do Capital: A Gentrificação, o Racismo e a Favelização da Vida

Anajuli Guimaraes da Silva

ENSAIO FOTOGRÁFICO

89 Amazônia

Maria Cardozo

editorial

Esta edição da RIGS traz o debate e a reflexão sobre temas como análise de riscos operacionais a partir da perspectiva de boas práticas de ESG (*Environmental, Social, and Governance*), uma revisão bibliográfica sobre categorias de gestão social e participação em órgãos colegiados e reflexões sobre o trabalho enquanto fenômeno psicossocial. Adicionalmente, são trazidas vivências sobre cidade e exclusão e, em tempos de mudança climática, imagens da Amazônia.

Giovanna Adler Souza Marques, Sarah Silva Coelho e Patrícia Maria Emerenciano de Mendonça, no texto *O caso Braskem em Maceió: uma análise dos riscos operacionais sob a ótica das práticas ESG*, discute o peso da atividade de mineração na economia brasileira e a necessidade de monitoramento e gestão de riscos. A catástrofe ambiental em Alagoas, fruto da exploração de sal-gema pela Braskem, aponta os riscos operacionais nas práticas de adotadas pela empresa. Mesmo após a catástrofe ocorrida no período de 2018-2022, não se verifica, ainda, a adoção de medidas de um Plano de Gestão de Riscos Operacionais, que efetivamente englobe a avaliação de riscos sociais e de direitos humanos.

Samara Souza Maciel, Washington José de Sousa e Francisco Raniere Moreira da Silva, no texto *Categorias de Gestão Social na Participação em Órgãos Colegiados: Uma Revisão da Literatura Brasileira*, à luz de categorias teóricas de Gestão Social, faz uma sistemática revisão sobre participação social no Brasil em artigos científicos catalogados no Scielo Citation Index. Os artigos analisados apresentam experiências de colegiados de caráter deliberativo, com atuação em colegiados territoriais, conselhos de saúde, de assistência social, de desenvolvimento regional, de educação e de desenvolvimento social, além de orçamento participativo. Os resultados apresentados trazem o registro de experiências de gestão colegiada de políticas públicas no Brasil que podem ser abordadas a partir de categorias como funcionalidade e esfera de decisão, representatividade e efetividade, desenho institucional e papel do membro e contribuições da atuação.

Diélen Caron e Pedro Henrique de Góis, no texto *“Antes Eu Era Peão, Depois Fiquei Patrão”: Construções e Vivências na Relação do Sujeito Com o Trabalho*, problematiza o trabalho enquanto fenômeno psicossocial. Destaca como vivências relacionadas ao labor, marcado por forças e resistências, produzem impacto e atravessam à vida de sujeitos. O texto analisa a relação de um sujeito-empresário que gerencia duas pousadas estudantis no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de um estudo de natureza etnográfica, a partir da qual se constituem categorias como as de “peão”, “patrão” e “pai Toni”, como referências identitárias ao longo da trajetória do sujeito no desempenho de diferentes papéis nos diversos grupos sociais no qual o mesmo se insere.

Anajuli Guimaraes da Silva, em sua Contribuição Vivencial intitulada *Contribuição Vivencial Quarto de Despejo do Capital: A Gentrificação, o Racismo e a Favelização da Vida*, de mãos dadas com Criolo, Carolina Maria de Jesus e Nancy Fraser, leva-nos a um passeio

na cidade, em territórios que são memória e resistência – “onde se reconstrói a história que a violência tentou apagar.”

O Ensaio Fotográfico de **Maria Cardozo** desloca-nos para a Amazônia – para um lugar onde é impossível descrever com palavras – a linguagem não dá conta. Segundo Cardozo “nem mesmo lindas fotos fazem jus a tamanha beleza. As águas escuras e, ao mesmo tempo, translúcidas do Rio Negro, a imponência das gigantescas árvores da floresta, espelhadas nos igarapés e nos impressionantes labirintos dos igapós, nos deslocam no tempo e no espaço. Esse majestoso rio ainda nos leva ao Solimões e nos surpreende com o magnífico fenômeno do encontro de suas águas – os dois rios parecem querer preservar suas identidades e correm lado a lado sem que suas águas se misturem.” Enfim, economia, trabalho, gestão, participação cidade e natureza – são temas e provocações desse nosso número da RIGS.

O CASO BRASKEM EM MACEIÓ: UMA ANÁLISE DOS RISCOS OPERACIONAIS SOB A ÓTICA DAS PRÁTICAS ESG

**Giovanna Adler Souza Marques, Sarah Silva Coelho,
Patricia Maria E. Mendonça**

Resumo

A mineração ocupa um lugar importante na economia brasileira, tem um impacto relevante no PIB e na geração de empregos no País exploração de minérios. Apesar de muito lucrativa, é também uma atividade que demanda alto monitoramento e gestão de riscos. Tendo como ponto de partida a catástrofe ambiental alagoana resultante da exploração de sal-gema pela Braskem, este trabalho analisa os riscos operacionais constantes nas práticas de ESG adotadas pela empresa. A metodologia foi qualitativa e se valeu da análise de 9 relatórios de sustentabilidades, publicados entre 2014 a 2022, buscando observar se houveram mudanças antes e depois dos desastres ambientais provocados no município de Maceió. Foram estabelecidas categorias a partir da literatura e da legislação ambiental e de atividade de mineração, sendo codificados as partes dos relatórios em que aparecem, bem como classificados a partir de critérios desenvolvidos pela pesquisa a intensidade em que itens relacionados a compliance e riscos operacionais apareciam. Os resultados apontam insuficiência de práticas relacionadas ao risco operacional e compliance relatadas. Ainda que após a catástrofe, 2018-2022 estas ações apareçam, são relacionadas à mitigação. Não se verifica, ainda, um Plano de Gestão de Riscos Operacionais, que englobe a avaliação de riscos sociais e de direitos humanos.

Palavras-chave

Braskem; ESG; sal-gema; mineração; riscos operacionais; compliance.

Abstract Mining occupies an important place in the Brazilian economy and has a relevant impact on GDP and job generation in the country mining. Although exceedingly profitable, it is also an activity that requires high monitoring and risk management. Taking as a starting point the environmental catastrophe resulting from the exploitation of rock salt by Braskem, this work analyzes the operational risks in ESG practices adopted by the company. The methodology was qualitative and used the analysis of 9 sustainability reports, published between 2014 and 2022, to observe if there were changes before and after the environmental disasters caused in the city of Maceió. Categories were established from the literature and regulation on environment and mining activity. Parts of the reports in which they appear were codified and classified according to criteria developed by the research, including the intensity with which items related to compliance and operational risks appeared. The results indicate that insufficient practices related to operational risk and compliance were reported. Although these actions appear after the catastrophe, 2018-2022, they are related to mitigation. There is not yet an operational risk management plan that includes the assessment of social risks and human rights.

Keywords Braskem; ESG; salt-gem; mining; operational risks; compliance.

INTRODUÇÃO

A mineração ocupa uma posição significativa na estrutura econômica do Brasil, sendo um dos setores centrais que impulsionam o crescimento nacional desde a década de 1960. Em 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) da indústria de mineração foi de R\$80 bilhões, com 71% proveniente de minerais metálicos, especialmente o minério de ferro, que sozinho representou 53%. Além disso, a indústria empregou aproximadamente 855.480 indivíduos, demonstrando seu papel na criação de empregos e na sustentação econômica. A proeminência do Brasil no mercado global de mineração também é notável, sendo o segundo maior produtor de minério de ferro e o principal produtor de nióbio. A dinâmica das exportações reforça ainda mais a integração global do setor, com cerca de 80% de sua produção destinada aos mercados internacionais, gerando superávits comerciais significativos (Enríquez et al., 2011).

No entanto, as mineradoras enfrentam diversos desafios no que diz respeito à sustentabilidade, incluindo a necessidade de gerir os impactos ambientais de suas operações, a pressão por conformidade legal e regulatória, e a demanda por responsabilidade social e governança transparente. A adoção de boas práticas de ESG (do inglês *Environmental, Social, and Governance*) é fundamental para empresas de mineração no Brasil, para garantir que a atividade mineradora não comprometa a integridade ambiental e para mitigar os efeitos adversos associados à extração de recursos. Além disso, a

implementação de práticas de ESG ajuda a promover a sustentabilidade e a responsabilidade corporativa, assegurando que as operações da empresa estejam alinhadas com os padrões globais e atendam às expectativas de stakeholders e da comunidade local. A transparência e a comunicação eficaz sobre os impactos e as medidas adotadas para minimizá-los também são críticas para construir e manter a confiança da sociedade e das autoridades reguladoras (Enríquez et al., 2011).

Expressando o papel significativo da adoção de estratégias de ESG para a atividade da mineração, as tragédias de Brumadinho e Mariana, ambas em Minas Gerais, são exemplos devastadores dos riscos associados à devida gestão de riscos e práticas de sustentabilidade. Em novembro de 2015, o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, operada pela Samarco, resultou em 19 mortes e na contaminação do Rio Doce, causando imensos prejuízos ambientais, sociais e econômicos. Quatro anos depois, em janeiro de 2019, o rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, operada pela Vale, em Brumadinho, causou a morte de 270 pessoas e a destruição de vastas áreas ambientais. Esses desastres evidenciam a importância crítica de estratégias de mitigação de riscos para a mineração, destacando a necessidade urgente de práticas de ESG eficazes. A implementação de práticas robustas de ESG pode ajudar a prevenir tais catástrofes, promovendo a sustentabilidade e protegendo vidas humanas e o meio ambiente, e garantindo a viabilidade a longo prazo das operações mineradoras (Galimberti, 2023).

Os desastres de Brumadinho e Mariana, apesar dos impactos alarmantes, não impediram que a mesma atividade econômica resultasse, em 2018, novamente em danos ao território e em prejuízos de vidas humanas. A Braskem é uma empresa brasileira fundada em 2002, resultante da fusão de seis empresas do Grupo Odebrecht e da Mariani, consolidando-se como uma das maiores petroquímicas do mundo. No entanto, a extração de sal-gema em Maceió começou na década de 1970 com a Salgema Indústrias Químicas, uma das precursoras da Braskem.

O sal-gema é um mineral essencial para a produção de cloro e soda cáustica, e sua mineração envolve perfurações profundas que podem ter sérios impactos ambientais, incluindo subsidência do solo e contaminação de aquíferos.

Os impactos ambientais da mineração de sal-gema se manifestaram gravemente em Maceió, onde bairros como Pinheiro, Mutange, Bom Parto e Bebedouro foram afetados por fissuras e afundamentos de solo. Esses desastres foram atribuídos à negligência na gestão dos riscos associados à atividade mineradora. Investigações revelaram que os riscos dessa atividade eram conhecidos desde a ditadura militar, mas críticos e a imprensa foram espionados e reprimidos para manter a exploração ativa, resultando em um grave desastre ambiental que alterou drasticamente a vida dos moradores locais (Braskem, 2023; Intercept Brasil, 2023).

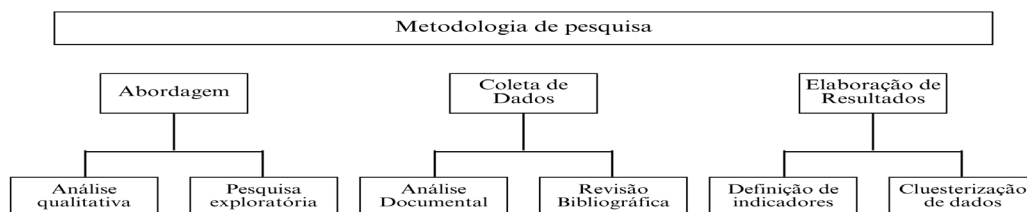
Diante de tais acontecimentos, este trabalho destaca a urgência de estudar e implementar práticas de ESG na mineração buscando responder à seguinte questão: como objetivo responder a seguinte pergunta: Que aspectos de riscos operacionais foram considerados nas práticas ESG da empresa Braskem antes e após a manifestação do problema ambiental (estabelecendo-se 2018, ano do primeiro tremor, como recorte)?

METODOLOGIA

Este trabalho realizou a análise de 9 relatórios de sustentabilidade (2014-2022), analisando as práticas e estratégias de ESG executadas pela Braskem nos itens de conformidade com os riscos operacionais e eficácia de gestão, comparando-se os períodos pré e pós-desastres em Maceió, considerando-se 2018 como ano de recorte. Buscou-se destacar se as práticas incluíram avaliações de riscos operacionais e de compliance ambiental adequados para mitigar os impactos observados e como a empresa respondeu às falhas evidenciadas pela tragédia.

Para a caracterização e definição desta pesquisa, coleta de dados e elaboração dos resultados foram definidas as metodologias a serem utilizadas, conforme é possível verificar na Figura 1.

Figura 1 - Caracterização da pesquisa



Fonte: Adler e Coelho (2025).

O trabalho em questão assume uma abordagem qualitativa; para atingir os objetivos propostos a ele, foi realizada uma revisão bibliográfica a respeito de das práticas de ESG, definição de risco e de compliance, considerando não só a concepção de tais estruturas, mas também sua aplicação no setor de mineração.

Foram utilizadas bibliografias que tratam do problema socioambiental em Maceió, Alagoas, onde as ações de exploração da empresa causaram impactos severos na população dos bairros de Pinheiro, Mutange, Bom Parto e Bebedouro. Ademais, textos que possuem como objetivo de estudo a atividade mineradora no tocante à gestão de riscos e compliance também serão incluídos. Utilizou-se para o estudo também às Legislações da Agência Nacional de Mineração (ANM) - atos gerais da ANM, atos normativos da ANM e a legislação de mineração.

Em relação à análise documental, foram analisados os Relatórios Anuais Integrados da Braskem, elaborados com base nos padrões do Integrated Reporting Framework (IR) e reunindo indicadores Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB). Foram considerados os relatórios do período de 2014 a 2022, considerando-se 2018, ano do primeiro tremor em Maceió, como recorte de análise. A figura abaixo apresenta os critérios utilizados para a análise dos Relatórios Anuais Integrados da Braskem, bem como suas métricas de avaliação. Estes instrumentos de análise permitem o estudo comparativo dos Relatórios sob a ótica da consistência das práticas de ESG

ao longo do período destacado e do posicionamento adotado pela empresa Braskem após a tragédia, em termos de transparência (nível de detalhamento sobre o caso Maceió) e resposta às falhas.

Quadro 1 - Critérios de análise

Critérios de análise	Descrição	Métricas de avaliação
Presença de políticas de ESG	Verifica se os relatórios mencionam políticas ou iniciativas relacionadas a aspectos ambientais, sociais e de governança.	<p>Alta: As políticas de ESG são citadas, bem descritas e apresentam resultados concretos ou indicadores de impacto mensuráveis nas regiões aplicadas.</p> <p>Média: As políticas são mencionadas, mas sem detalhamento suficiente para compreender sua implementação ou resultados esperados.</p> <p>Baixa: Não são citadas ou são mencionadas de forma vaga e sem conexão clara com as ações da empresa.</p>
Gestão de riscos operacionais	Identificar se há menção a práticas de gestão de riscos, especialmente relacionadas à mineração e às operações industriais.	<p>Alta: Práticas detalhadas de gestão de riscos são apresentadas, incluindo estratégias claras e específicas para mitigar riscos relacionados à mineração e operações industriais.</p> <p>Média: Práticas de gestão de riscos são mencionadas, mas sem detalhes suficientes sobre as estratégias ou ações específicas.</p> <p>Baixa: Não há menção a práticas de gestão de riscos ou as mesmas são apresentadas de forma muito superficial.</p>
Mitigação de desastres ambientais	Analisar se os relatórios incluem políticas ou planos específicos para prevenir ou mitigar desastres ambientais decorrentes das atividades da empresa.	<p>Alta: Políticas e planos específicos de mitigação de desastres ambientais são descritos em detalhes, incluindo planos de contingência e ações preventivas claras.</p> <p>Média: Existem menções a mitigação de desastres ambientais, mas os planos são apresentados de forma genérica ou pouco detalhada.</p> <p>Baixa: Não há menção a políticas ou planos específicos para mitigação de desastres ambientais.</p>

Critérios de análise	Descrição	Métricas de avaliação
Identificação de riscos imediatos	Avaliar se há menção a riscos iminentes ou potenciais associados às operações de mineração, como instabilidades geológicas ou impactos ambientais.	<p>Alta: Os riscos iminentes ou potenciais são identificados e descritos com transparência.</p> <p>Média: Há menção a alguns riscos iminentes ou potenciais, mas sem informações suficientes sobre sua magnitude.</p> <p>Baixa: Não há identificação de riscos iminentes ou potenciais, ou os mesmos são mencionados de forma vaga.</p>
Engajamento com comunidades locais	Verificar se os relatórios abordam o relacionamento da empresa com as comunidades próximas às operações de mineração, incluindo iniciativas de responsabilidade social	<p>Alta: O relacionamento com comunidades locais é abordado de forma profunda, incluindo iniciativas bem descritas e indicadores claros de impacto positivo.</p> <p>Média: Existem menções ao engajamento com comunidades locais, mas as iniciativas não são detalhadas ou são limitadas.</p> <p>Baixa: Não há menção ao relacionamento com comunidades locais ou as mesmas são citadas sem apresentar iniciativas concretas.</p>

Fonte: elaboração própria (2025).

ESG E OS RISCOS OPERACIONAIS

ESG é a sigla que compreende três dimensões essenciais para se avaliar sustentabilidade corporativa: ambiental (environmental), aspectos sociais (social) e governança (governance). Tais critérios são utilizados para a avaliação da performance das empresas em relação a essas três dimensões, bem como para identificar riscos e oportunidades (Steele-Schober, 2021).

Os critérios passaram a ser globalmente discutidos a partir do relatório “Who Cares Wins” de 2004, fruto de uma iniciativa conjunta entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e instituições financeiras, nomeada como “UN Global Compact”, que tinha como propósito desenvolver diretrizes e recomendações sobre como melhor integrar as questões ambientais, sociais e de governança corporativa na gestão de ativos, serviços de corretagem de valores mobiliários e funções de pesquisa associadas. Dentre os objetivos do encontro global, tinha-se o desenvolvimento de mercados financeiros mais fortes e resilientes,

gerar contribuições para o desenvolvimento sustentável, promover a conscientização e compreensão mútua dos envolvidos e discutir alternativas para gerar maior confiança nas instituições financeiras, contribuindo não só para mercados mais fortes e resilientes, mas também para o desenvolvimento sustentável das sociedades (Global Compact, 2004).

Entende-se que a adoção de estruturas ESG pode promover variados benefícios para empresas, tais como a redução de custos operacionais, a melhoria da reputação e a atração de investidores comprometidos com a sustentabilidade (Clark et al., 2015; Eccles; Serafeim, 2013). Grandes empresas multinacionais de contabilidade - Deloitte, EY, KPMG e PwC - são cruciais para a impulsão da agenda ESG, uma vez que criaram métricas para avaliação com base nos pilares de governança corporativa, o planeta, as pessoas e a prosperidade (World Economic Forum, 2020).

Compreende-se que a grande dificuldade reside em como medir estes pilares ou como utilizar indicadores que possam auxiliar na mensuração ou gestão da sustentabilidade. Os indicadores são essenciais instrumentos da gestão ambiental, pois podem proporcionar um alarme para uma situação ou condição que não seria imediatamente detectável a partir das informações iniciais (Hammond et al., 1995), ao mesmo tempo que possibilitam a comparação e o acompanhamento dos processos observados (Barcellos, 2002). Ademais, os indicadores podem expressar de forma resumida, simplificada e quantitativa ou qualitativa um cenário complexo, que, quando registrados ao longo do tempo, podem revelar tendências e indicar previsões, bem como, afirmam Bakkes et al. (1994), definir ações para os processos específicos dos quais fazem parte. Seu uso deve ser considerado como uma dinâmica de transformação de processos complexos em variáveis unidimensionais.

Luz, Sellitto e Gomes (2006) complementam, com base em outros autores, que existe pouca preocupação dos gestores em identificar os indicadores mais adequados para uma medição ideal de desempenho ambiental em face dos objetivos estratégicos e dos meios para alcançá-los. Tal lacuna é expandida pela pouca divulgação das condições internas das organizações em relação às suas práticas de gestão ambiental, de seus efetivos impactos no meio ambiente e de suas ações para mitigá-los.

Nesse contexto, a publicação de relatórios de sustentabilidade que evidenciam estas questões tem se tornado uma importante ferramenta da gestão ambiental, de monitoramento e de conhecimento, tanto para as organizações como para a sociedade.

Segundo Daub (2007), os relatórios de sustentabilidade podem ser considerados uma resposta direta das empresas às mudanças ocorridas na sociedade, derivadas de uma série de fatores (acidentes e escândalos ambientais, sociais e econômicos) e das pressões exercidas pela população por comportamentos empresariais mais éticos e responsáveis.

Do ponto de vista da regulação, o setor do extrativismo mineral é composto por diferentes arranjos institucionais que se inter cruzam e são responsáveis por estabelecer e regular a distribuição dos ativos fixos, as instituições financeiras, as agências regulatórias e a própria identidade política dos grupos de interesse (Euclides et al., 2022). No Brasil, tem-se várias entidades envolvidas na regulação da indústria de mineração, responsáveis pelas normas de

segurança, trabalho e meio ambiente: Agência Nacional de Mineração; Ministério do Meio Ambiente; agências executivas de licenciamento ambiental federais, estaduais e municipais.

As principais legislações relacionadas ao setor são: Lei nº 6.398/1981: Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA, 1981); Lei nº 9.605/1998: Lei dos Crimes Ambientais; Decreto-Lei nº 227/1967: Código de Mineração.

Diversas instituições financeiras também possuem guias e compliance sobre o tema. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estabeleceu a Política Socioambiental para o Setor de Mineração, formalizando diretrizes e critérios que balizam a concessão de apoio financeiro a empreendimentos do setor, complementando a legislação em vigor (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2024), considerando os seguintes aspectos:

- I. Conformidade legal: cumprimento das normas e regulamentações dos órgãos competentes.
- II. Direitos humanos: atuação com respeito aos direitos humanos no ambiente de trabalho e no relacionamento com as partes impactadas pelo projeto, o que inclui a provisão de condições apropriadas de trabalho e de vida para os trabalhadores, a ausência de condenação relativa ao trabalho infantil ou forçado e à discriminação de raça ou de gênero, bem como o tratamento adequado a comunidades tradicionais e grupos locais. A atuação deve estar ancorada na política de direitos humanos da empresa.
- III. Saúde e segurança do trabalhador e da comunidade: existência de política e sistema de saúde e segurança do trabalho, com divulgação e capacitação para empregados e terceirizados; realização de ações de educação, saúde e ações de promoção de segurança junto à comunidade local, inclusive em parceria com entes de governo.
- IV. Meio ambiente: existência de política e sistema de gestão ambiental, voltado para a melhoria contínua da prevenção e mitigação de impactos ambientais adversos, incluindo controle da qualidade do ar, gestão do uso e descarte de água, armazenamento e disposição de rejeitos, uso de substâncias perigosas, emissões de gases do efeito estufa e gestão da biodiversidade.
- V. Impactos socioeconômicos na área de influência da mina: Gestão do relacionamento com as partes interessadas: participação das partes impactadas pelo projeto, no âmbito do processo de licenciamento ambiental; procedimentos apropriados para lidar com deslocamento populacional; mecanismos para encaminhamento de demandas à empresa e práticas relativas à transparência e prestação de contas às partes interessadas; desenvolvimento local: postura proativa e comprometimento com o desenvolvimento local, incluindo: a participação em discussões ampliadas, com o poder público e demais partes interessadas, relacionadas à mitigação dos impactos sociais do empreendimento; a realização de investimentos sociais voltados para a comunidade.
- VI. Planejamento e encerramento das atividades: apresentação de plano de descomissionamento da mina e estabelecimento de alternativas de usos possíveis para a área reabilitada.

A BRASKEN E A PRODUÇÃO DE SAL-GEMA EM MACEIÓ

A Braskem S.A. foi criada em 2002 a partir da fusão das empresas OPP, Trikem, Copene e outros grupos petroquímicos no Brasil, consolidando-se como uma das maiores empresas do setor no país. Atualmente, é uma empresa de capital aberto, com ações negociadas nas bolsas de Nova Iorque e Madri, o que reflete sua relevância no mercado internacional. Em 2022, o valor de patrimônio da Braskem foi estimado em aproximadamente R\$6,11 bilhões, consolidando-a como uma das principais empresas do setor químico global.

O controle acionário da empresa é exercido pelo grupo Novonor (antiga Odebrecht), que detém 38,3% das ações totais (50,1% do capital votante). A Petrobrás, empresa estatal brasileira, é a segunda maior acionista, com 36,1% das ações totais (47% do capital votante). Desde sua fundação, a Braskem captou recursos significativos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que desempenhou um papel fundamental no financiamento de suas atividades e expansão (Braskem, 2024).

Hoje a empresa está posicionada como a quarta maior petroquímica do mundo em faturamento e conta com 41 unidades industriais espalhadas pelo continente das Américas, Europa e Ásia, com operações em países como Estados Unidos, Alemanha e México, além de mais de 28 plantas industriais no Brasil e é a maior produtora de resinas termoplásticas das Américas e líder mundial na produção de biopolímeros (Braskem, 2024).

A Braskem possui operações em 11 estados brasileiros, incluindo unidades industriais em Alagoas, Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. (Braskem, 2023).

Entre os produtos da empresa estão o polietileno, polipropileno, cloreto de polivinila (PVC), solventes, insumos químicos e combustíveis. Além da produção petroquímica, a empresa atua na extração de sal-gema, utilizado principalmente na produção de cloro-soda e dicloroetano – insumos fundamentais para a fabricação de PVC (Braskem, 2024).

O sal-gema ocorre no solo em formações estratificadas, frequentemente intercaladas com materiais como argilas, dolomita e gesso, podendo atingir profundidades de centenas de metros. Sua extração é realizada por diversos métodos, destacando-se a lavra por solução e a mineração subterrânea convencional. Para viabilizar a exploração do minério, são necessárias intervenções específicas no terreno, como a perfuração para a criação de poços, o controle da estabilidade das camadas subjacentes e a implementação de sistemas que minimizem os impactos decorrentes do processo de extração (Melo; Carvalho; Pinto, 2008).

A capital de Alagoas, Maceió, detém 14% da reserva de sal-gema do Brasil (Teixeira et al., 2020). As reservas jaziam depositadas cerca de um quilômetro da superfície. Os evaporitos, também chamados de salmoura, têm sua origem num período deveras distante de nossa época, pois se constituíram a partir da separação continental, que resultou na formação das placas continentais da América e da África, assim como também do oceano Atlântico (Florescio, 2001 apud Teixeira et al., 2020).

Em 1966, foi instituído o projeto da Salgema S.A., a indústria química que seria responsável pelo beneficiamento do sal-gema retirado do subsolo maceioense. O projeto foi aprovado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Com a participação da empresa do grupo Petrobrás, o projeto saiu do papel e a primeira fase da construção da Salgema foi finalizada no final de 1976.

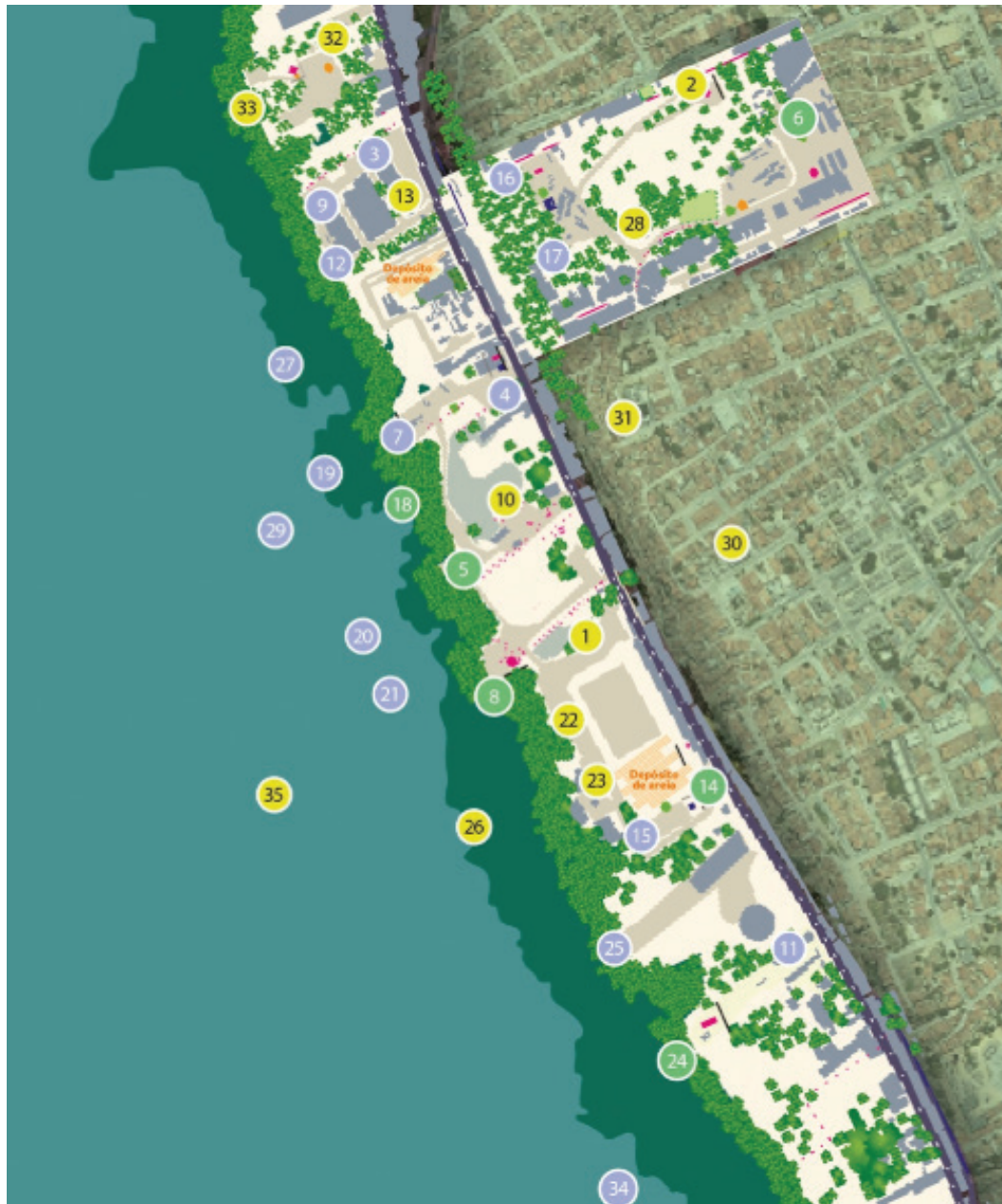
A Salgema S/A mudou de nome algumas vezes até vir a se chamar Braskem. As mudanças de nome decorrem dos processos de venda que a empresa passou no transcorrer de sua história, especialmente a partir da década de 1990, quando os processos de privatização se tornaram corriqueiros no Brasil. A primeira alteração de nome ocorreu em 1996, quando passou a se chamar Trikem S/A, um ano após sua aquisição pela Odebrecht, grupo empresarial que atualmente se chama Novonor. A última mudança de nome ocorreu em 2002, pela fusão de seis empresas do setor: Copene, OPP, Trikem, Nitrocarbono, Proppet e Polialdem. A partir de então, a empresa se chamaria Braskem S/A, que em Alagoas sedia a unidade Braskem Cloro Soda (Pimentel; Pinho, 2024).

As atividades da indústria química alagoana, ao longo de mais de quarenta anos, se fundamentaram no beneficiamento do sal-gema retirado no bairro do Mutange e de sua circunvizinhança para a produção de produtos clorados (Pimentel; Pinho, 2024). Ressalta-se que quando uma mina esgotava sua capacidade, era desativada e transformava-se em extensas cavernas. A exploração das minas ao máximo de sua capacidade fez com que ficassem cada vez mais próximas e formasse uma só cavidade, o que contraria as boas práticas para esta atividade (Pimentel; Pinho, 2024).

Em 2010, a gravidade da situação já vinha manifestando-se; circulavam notícias de súbitas rachaduras nas ruas e edificações da região. Além de uma rachadura de cerca de 50 metros de extensão que comprometeu a estrutura de dois blocos do Residencial Jardim Acácia, localizado no bairro Pinheiro (Galvão, 2010).

O problema, porém, se desenvolveu sem maiores impactos até 2018, ano em que a situação começou a se agravar, com o aumento do número de rachaduras e de tremores de terra. O primeiro tremor de terra de maior relevo ocorreu na tarde do dia 03 de março de 2018 e marcou 2.4 na escala Richter, atingindo a região do bairro do Pinheiro e adjacências, área que concentrava a exploração de sal-gema. Esta foi a primeira expressão da consequência dos vazios formados pelas 35 minas exploradas para a retirada de sal-gema do subsolo da capital alagoana, o que comprometeu integralmente a sustentação da superfície.

Figura 3 - Localização dos 35 poços de Mineração de Sal Gema em Maceió



Fonte: Braskem (2024).

A mineração exploratória nas 35 minas acarretou problemas estruturais que atingiram direta e indiretamente toda a capital de Alagoas. Cinco bairros tiveram que ser total ou parcialmente desocupados dado o perigo de colapso da superfície. São eles: Mutange, Pinheiro, Bebedouro, Bom Parto e Farol. A região se estende por uma área

de aproximadamente 274 hectares e abrange cerca de 14.500 imóveis que precisaram ser desocupados, o que redundou no deslocamento de cerca de 60 mil pessoas que ali habitavam. Na região que precisou ser desocupada se estabeleceu, em conjunto com a Defesa Civil de Maceió, uma área de resguardo que restringiu o acesso à maior parte do local sob a alegação de prevenir maiores estragos acarretados pelo possível desabamento da superfície (Pimentel; Pinho, 2024).

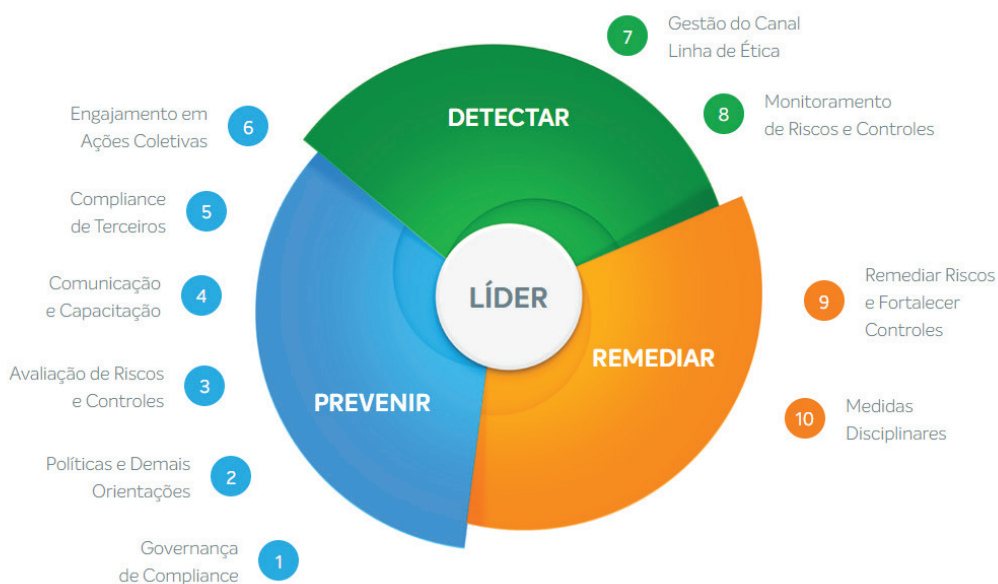
A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), órgão ligado ao Serviço Geológico do Brasil, integrante do Ministério de Minas e Energia, responsável por investigar a problemática em Maceió, concluiu em 2019 que os abalos registrados são produto das falhas geológicas preexistentes que sofreram interferências a partir da exploração do sal-gema, o que desencadeou a reativação dessas estruturas e colaborou para o afundamento do solo (Brasil, 2019). Desde então (2019), os poços estão em processo de desativação. Sendo assim, faz-se lógica a afirmação de que a empresa Braskem é responsável por danos irreparáveis à natureza e a comunidades inteiras.

As vítimas desse desastre enfrentaram graves prejuízos materiais e psicológicos. Famílias foram desabrigadas, comerciantes locais tiveram seus negócios fechados, e a infraestrutura local foi severamente danificada. A Braskem, após acordos judiciais, iniciou programas de indenização e reassentamento para os afetados.

A GESTÃO DE RISCOS OPERACIONAIS NOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DA BRASKEN

No caso da Braskem, as ações de compliance e de gestão de riscos estão mais diretamente associadas à imagem e reputação da empresa. A Política de Conformidade (2018) da empresa, possui 10 medidas integradas, como é possível verificar na figura abaixo.

Figura 4 - Política de Conformidade Braskem



Fonte: Braskem (2018).

No item 3 “Avaliação de riscos e controles”, a Braskem reconhece que está sujeita a risco de diversas origens, tais como operacionais, financeiros, regulatórios, sociais e ambientais, todavia, no documento da política de gestão de riscos, no tópico que se refere a política de identificação dos riscos, são destacados apenas o que se destinam ao funcionamento da empresa e à danos corporativos, como exemplificado na figura a seguir.

Figura 5 - Riscos identificados pela Braskem

Riscos Estratégicos	Associados às decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente.
Riscos Operacionais	Decorrentes da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e controle de operações, bem como de falhas no gerenciamento de recursos e nos controles internos ou fraudes que tornem impróprio o exercício das atividades da Companhia.
Riscos Financeiros	Associados às decisões financeiras decorrentes do mercado financeiro (ex.: taxa de juros), crédito (ex.: contraparte) e liquidez para honrar compromissos (ex.: descasamento entre ativos e passivos).
Riscos Regulatórios	Associados ao ambiente regulatório, decorrentes de descumprimentos de leis, desvios de conduta e da Documentação Orientadora.

Fonte: Braskem (2018).

Apesar dos riscos nos eixos sociais, econômicos e ambientais não serem considerados nas políticas de risco e de conformidade da empresa, eles aparecem na Política de Desenvolvimento Sustentável (2018) da mesma, onde há um tópico intitulado “Mitigando ou controlando os eventuais impactos negativos”. Destacam-se os seguintes tópicos:

- a) Gestão dos riscos aos Direitos Humanos: Respeito e valorização da diversidade de gênero, etnia, crença, opinião política, nacionalidade, origem social, orientação sexual; bem como de pessoas portadoras de deficiências e de faixas etárias distintas; Garantia de ambiente de trabalho decente para todas as pessoas, sem terceirização ilícita, tráfico de pessoas, trabalho análogo ao de escravo, bem como infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, promovendo igualdade de oportunidades para todos; Promoção da qualidade de vida nos ambientes de trabalho, combatendo o assédio nas relações; Garantia à liberdade de associação e direito à negociação coletiva; e Bem-estar do consumidor, especialmente no contato com produtos da cadeia de valor.
- b) Gestão dos riscos no relacionamento com as comunidades nas áreas de influência das operações da Braskem: Mantendo um diálogo permanente com seus representantes; e garantindo o respeito à cultura local e à sua herança histórica, especialmente às comunidades e povos tradicionais;
- c) Proteção e preservação ambiental, especialmente com relação: Uso racional de recursos; Preservação da biodiversidade e proteção de ecossistemas; Mudanças climáticas; Lixo que chega aos mares; Proteção das águas subterrâneas; Produção e uso de substâncias perigosas e poluentes.

Nos três documentos das políticas empresariais analisados (Política Global do Sistema de Conformidade, Política Global de Gestão de Riscos e Política Global de Desenvolvimento Sustentável), não é possível identificar riscos diretamente relacionados às atividades de mineração executadas pela Braskem.

ANÁLISE DOS RELATÓRIOS ANUAIS INTEGRADOS (2014-2022)

Os Relatórios Integrados da Braskem são compartilhados no site da companhia com as principais informações a respeito do desempenho da empresa, abrangendo aspectos financeiros, operacionais, ambientais e sociais. Até 2019, esses documentos eram chamados de “Relatórios Anuais”. A partir de 2020, passaram a ser denominados “Relatórios Integrados”, refletindo uma abordagem mais integrada e alinhada aos padrões internacionais de reporte.

A análise documental dos Relatórios Anuais Integrados da Braskem, de 2014 a 2022, permite a visualização das práticas de ESG da Braskem antes e após a manifestação do acidente, bem como suas políticas de gestão de riscos e compliance, critérios essenciais para avaliar se a empresa apresentou não só práticas preventivas, mas também se agiu para mitigar os impactos observados e como respondeu às falhas evidenciadas pela tragédia.

O quadro abaixo é um compilado da avaliação dos relatórios de 2014 a 2022, que utiliza os critérios de análise dos Relatórios Anuais Integrados e as métricas atribuídas, de forma a refletir as estratégias da empresa Braskem antes e depois do desastre ambiental e humano de 2018.

Quadro 11 - Média anual dos critérios de análise Braskem

Ano	Presença de Políticas de ESG		Gestão de Riscos Operacionais		Mitigação de Desastres Ambientais		Identificação de Riscos Imediatos		Engajamento com Comunidades Locais		Média	
2014	Alta	3	Baixa	1	Baixa	1	Baixa	1	Média	2	1,6	Baixo
2015	Alta	3	Média	2	Baixa	1	Baixa	1	Média	2	1,8	Baixo
2016	Alta	3	Média	2	Baixa	1	Baixa	1	Média	2	1,8	Baixo
2017	Alta	3	Média	2	Baixa	1	Baixa	1	Média	2	1,8	Baixo
2018	Alta	3	Média	2	Baixa	1	Baixa	1	Média	2	1,8	Baixo
2019	Alta	3	Média	2	Alta	3	Média	2	Alta	3	2,6	Médio
2020	Alta	3	Alta	3	Alta	3	Alta	3	Alta	3	3	Alto
2021	Alta	3	Média	2	Média	2	Média	2	Média	2	2,2	Médio
2022	Alta	3	Média	2	Média	2	Média	2	Média	2	2,2	Médio

Fonte: elaboração própria (2025).

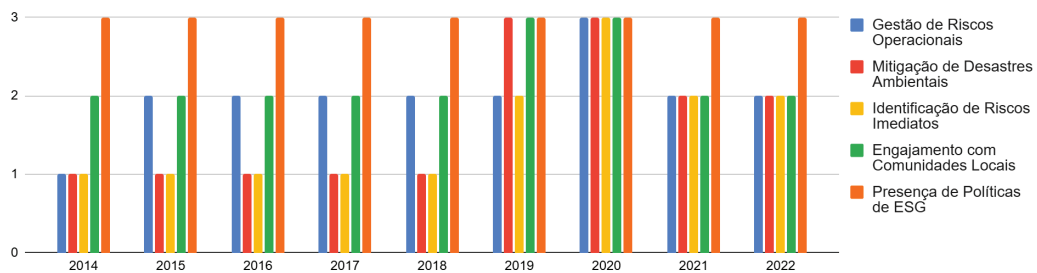
Para a análise geral do ano apresentada no quadro acima, foi utilizada uma escala para medir o engajamento da Braskem em relação aos critérios avaliados, de modo que fosse possível fazer um comparativo ao longo dos anos. Com base nas informações dos relatórios e na análise dos quadros 2 a 10, as seguintes pontuações foram atribuídas: nota 3 para a métrica “alta”, nota 2 para a métrica “média” e nota 1 para a métrica “baixa”. A partir dessas notas, foi calculada uma média simples. Os resultados foram interpretados da seguinte forma:

- Médias entre 1 e 1,9 indicaram engajamento “baixo”;
- Médias entre 2 e 2,9 foram classificadas como engajamento “médio”;
- Médias de 3 indicaram engajamento “alto”.

Com a sintetização dos dados, é possível notar que o engajamento dos relatórios da Braskem com os critérios analisados nesta pesquisa, mesmo no ano de 2018, quando os primeiros tremores foram registrados, ainda era baixo. Em 2019, a Braskem iniciou as ações de prevenção e mitigação de riscos, por exemplo, o fechamento dos poços para a extração de Sal-Gema. Nos anos seguintes, com destaque para 2020, quando a Braskem adotou sustentabilidade como um pilar estratégico para a sua atuação, a menção aos critérios analisados nos relatórios anuais da empresa passou a ser mais frequente e estruturada, sendo possível encontrar indicadores objetivos das ações que estavam sendo executadas em Maceió.

No gráfico a seguir, foi utilizada a mesma pontuação que na tabela 1, onde é possível visualizar um comparativo entre os cinco critérios de análise ao longo dos anos de 2014 a 2022.

Gráfico 1 - Métrica dos Critérios de análise por ano



Fonte: elaboração própria (2025).

Os relatórios anuais de 2014 a 2018 - ano que se inicia a crise socioambiental - revelam que a Braskem mantém e desenvolve políticas de ESG com foco em sustentabilidade e governança, ressaltando um “Compromisso ético com as gerações atuais e futuras” (Braskem, 2014), por meio de iniciativas amplas e índices globais, referências no mercado financeiro, alinhando-se aos aspectos de governança e econômicos. Práticas de responsabilidade ambiental, porém, limitam-se a iniciativas de economia circular e eficiência energética. Não há, portanto, destaque para políticas que mitiguem a interferência no meio ambiente ou reparem danos provocados pela atividade produtiva.

Em relação à gestão de riscos operacionais no período que antecedeu o desastre, verificou-se que a empresa não apresentou estratégias específicas para o gerenciamento dos riscos associados à mineração. Focaliza-se em práticas de segurança de trabalho e eficiência operacional, mas não se observa uma política de gerenciamento de riscos que considere especialmente riscos geotécnicos, riscos de sustentabilidade (associados a direitos humanos e sociais), riscos operacionais e emergentes.

Não há, também, práticas ou políticas específicas para a mitigação de riscos geotécnicos. Isto é, não são citadas estratégias de monitoramento contínuo das plantas ou ações de engenharia preventiva na mineração.

Sendo assim, considera-se que as práticas de ESG, de risco operacional e compliance ressaltadas pela empresa em seus relatórios de 2014 a 2018 são insatisfatórias e insuficientes aos riscos associados à atividade mineradora. Considerando o analisado, não se pode dizer que a Braskem se encontra na categoria de empresa danosa, em que o dano causado por práticas que são destrutivas ou prejudiciais às pessoas e ao meio ambiente já foi absorvido dentro do funcionamento normal da empresa (Benson; Kirsch, 2010). Não foi possível identificar práticas, políticas, ferramentas de gestão ou estratégias específicas para lidar com situações de desastres ambientais e humanos.

Os relatórios de 2019 a 2022, período posterior ao ocorrido em Maceió, apresentam a resposta da Braskem à tragédia e as estratégias adotadas.

O Relatório Anual de 2019 apresenta a mudança da empresa em sua abordagem sobre sustentabilidade e gerenciamento de riscos, com estratégias específicas para mitigação dos

danos ambientais, humanos e socioeconômicos causados pelo desastre. Revela também uma nova estratégia para mitigação de riscos: implementação de medidas para a prevenção e mitigação dos riscos de direitos humanos avaliados como prioritários e integrados à Matriz de Riscos Corporativos. Instalou-se programas de compensação financeira às vítimas do desastre e realocação para outras áreas, além de reforçar um maior engajamento com as comunidades diretamente afetadas.

Os Relatórios Anuais de 2020, 2021 e 2022 demonstram iniciativas mais particulares e robustas em relação à gestão de riscos, mitigação de danos e compensação social. Não se identifica, porém, a criação de uma Política Corporativa, que gerencie riscos de forma proativa e eficaz. É possível verificar o investimento em ações pontuais de mitigação aos danos causados ao espaço alagoano e às populações. Não há também total responsabilização sobre o desastre - isto é, é referido como “fenômeno geológico em Maceió” (Braskem, 2020). Entende-se que a resposta dada pela Braskem, por meio de novas estratégias de gestão e políticas de mitigação não são proporcionais aos danos que foram gerados à população e ao meio ambiente, à violação dos à moradia, ao trabalho e à propriedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante tudo que fora exposto, faz-se necessário retomar os danos causados como decorrência de ações desmedidas de exploração de sal-gema perpetuadas ao longo de décadas pela transnacional Braskem.

O afundamento de importantes bairros de Maceió, capital do Estado de Alagoas, decorrente da extração desenfreada de sal-gema, extração esta que tem como responsável a petroquímica Braskem, é considerado o maior desastre ambiental em área urbana já vivenciado no mundo. A magnitude da tragédia fica evidenciada pelos números, uma vez que cerca de 57 mil pessoas foram diretamente afetadas com o tremor de terra resultante da impetuosa retirada de sal-gema do solo maceioense.

Para além dos impactos ambientais, as ações da Braskem infringiram as vidas de moradores e comerciantes que viviam na região, obrigados a abandonar suas casas e seus negócios em face do severo risco de desabamento dos imóveis. Sendo assim, importantes direitos humanos foram violados, como o direito à moradia, ao trabalho e à propriedade, bem como o direito à vida e à integridade.

O trabalho se propôs a analisar quais riscos foram considerados nas práticas ESG da empresa Braskem antes e após o afundamento dos bairros, por meio dos Relatórios Anuais Integrados da Braskem de 2014 a 2022.

Esta análise revelou que as práticas de ESG, de risco operacional e compliance ressaltadas pela empresa em seus Relatórios de 2014 a 2018 são insatisfatórias e insuficientes aos riscos associados à atividade mineradora. Não há um sistema integrado de gestão de riscos em estruturas geotécnicas, que considere, por exemplo, pessoas e processos. Não se mencionam procedimentos de gestão de segurança, gestão de riscos e gestão de emergência,

que consideram em todas estas fases o prognóstico dos riscos e o estado de prontidão no caso de uma eventual emergência. Não se verificam, ainda, ações para a análise das dimensões de impacto social e ambiental ou um Plano de Gestão de Riscos Operacionais, que englobe a avaliação de riscos sociais e de direitos humanos. Reforça-se, portanto, que a empresa petroquímica não apresentou práticas, políticas, ferramentas de gestão ou estratégias específicas para lidar com eventuais situações de desastres ambientais e humanos.

Dado isto, os Relatórios de 2019 a 2022 - posteriores à catástrofe - apresentam, majoritariamente, políticas de mitigação, tal como o Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação, mas estes são devidos ao TCA - Termo de Ajustamento de Conduta assinado com o Ministério Público. Não se identificou, por exemplo, a implementação de um plano estratégico em caso de danos causados por práticas que são destrutivas ou prejudiciais às pessoas e ao meio ambiente ou a criação de uma Política Corporativa para Gestão de Riscos, que considere especialmente riscos geotécnicos, riscos de sustentabilidade (associados a direitos humanos e sociais), riscos operacionais e emergentes. A resposta e as práticas adotadas focalizam-se em ações de compensação.

Sendo assim, urge a necessidade de ressaltar a responsabilidade civil e administrativa das empresas exploradoras de minérios, face aos impactos humanos e ambientais da atividade exploradora.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, C. Constituição de um sistema de indicadores socioambientais. In: MINAYO, M. C. S.; MIRANDA, A. C. (org.). *Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. p. 313–329.

BAKKES, J. A. et al. *An overview of environmental indicators: state of the art and perspectives*. Nairobi; Bilthoven: UNEP/EATR-94-01; RIVM/402001001, jun. 1994. 72 p. ISBN 92-807-1427-9.

BENSON, P.; KIRSCH, S. Capitalism and the politics of resignation. *Current Anthropology*, Chicago, v. 51, n. 4, p. 459–486, 2010.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Resolução nº 1, de 23 de janeiro de 1986. Brasília, DF, 1986. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0001-230186.PDF>. Acesso em: 23 set. 2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. *Código de Mineração*. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 28 fev. 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0227.htm. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 5 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm. Acesso em: 5 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Mineração e extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 27 dez. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13575.htm. Acesso em: 16 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019. Dispõe sobre a gestão, a organização e o processo de fiscalização das agências reguladoras federais e altera a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 25 jun. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L13848.htm. Acesso em: 16 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.514, de 29 de dezembro de 2022. Dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos e outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 29 dez. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2022-2023/2022/lei/L14514.htm. Acesso em: 16 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). *Guia programas de compliance*. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://cdn.cade.gov.br/Portal/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-do-cade/guia-compliance-versao-oficial.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Licenciamento ambiental*. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/informacoes-ambientais/licenciamento-e-avaliacao-ambiental/licenciamento-ambiental.html>. Acesso em: 9 jun. 2024.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Política socioambiental para o setor de mineração*. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://exemplo.gov.br/politica-socioambiental-mineracao>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. Serviço Geológico do Brasil (CPRM). *Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL): ação emergencial no bairro Pinheiro – relatório síntese dos resultados nº 1*. Brasília, DF: CPRM, 2019. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/21133/1/relatoriosintese.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2024.

BRASKEM. *Política Empresarial – PE 1050-00020 – Política Global do Sistema de Conformidade*. Disponível em: https://www.braskem.com/portal/Principal/arquivos/imagens/PE%201050-00020-%20PT_PORTAL.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

BRASKEM. *Política Empresarial – PE 1050-00022 – Política Global de Gestão de Riscos*. 2018. Disponível em: https://www.braskem.com.br/portal/Principal/arquivos/imagens/PE%201050-00022-PT_Reap.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

BRASKEM. *Política Empresarial – PE 1120-00003 – Política Global de Desenvolvimento Sustentável*. 2018. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/portal/Principal/arquivos/Pol%C3%ADtica%20DS.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

BRASKEM. *Perfil e história*. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/perfil>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASKEM. *Relatório integrado 2023*. Disponível em: <https://www.braskem.com.br>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CLARK, G.; FEINER, A.; VIEHS, M. *From the stockholder to the stakeholder: how sustainability can drive financial outperformance*. 2015. Disponível em: https://arabesque.com/research/From_the_stockholder_to_the_stakeholder_web.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

DAUB, C.-H. Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach. *Journal of Cleaner Production*, Amsterdam, v. 15, p. 75–85, 2007. DOI: 10.1016/j.jclepro.2005.08.013.

ECCLES, R. G.; SERAFEIM, G. *The performance frontier: innovating for a sustainable strategy*. Disponível em: <https://www.eticanews.it/wp-content/uploads/2013/07/Harward-Articolo.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2024.

ÉNRIQUEZ, M. A. R. S.; FERNANDES, F. R. C.; ALAMINO, R. C. J. A mineração das grandes minas e as dimensões da sustentabilidade. In: *Recursos minerais & sustentabilidade territorial*. v. 1. 2011. Disponível em: <http://mineralis.cetem.gov.br/handle/cetem/1160>. Acesso em: 5 jun. 2024.

EUCLYDES, F. et al. Capacidades estatais e mineração: uma análise da agência nacional de regulação. *Revista Brasileira de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 163–181, 2022. DOI: 10.1590/0034-761220210203.

GALIMBERTI, M. F. O. *Os casos das barragens de Mariana e Brumadinho sob a ótica do direito dos desastres e da sustentabilidade corporativa (ESG)*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2023. Disponível em: <http://www.repositorio.fdv.br:8080/handle/fdv/1636>. Acesso em: 10 jan. 2025.

GALVÃO, C. Rachaduras no asfalto atingem prédios e assustam moradores. *Alagoas 24 Horas*, 12 jul. 2010. Disponível em: <https://www.alagoas24horas.com.br/604114/rachaduras-no-asfalto-atingem-predios-e-assustam-moradores/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

GLOBAL COMPACT (UN Global Compact). *Who cares wins: connecting financial markets to a changing world*. New York: United Nations, 2004. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/444801491483640669/pdf/113850-BRI-IFC-Breif-whocares-PUBLIC.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

HAMMOND, A. et al. *Environmental indicators: a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development*. Washington, DC: World Resources Institute, 1995.

INTERCEPT BRASIL. Braskem e ditadura: já sabia dos riscos, mas espionou críticos e imprensa contrários à exploração em Maceió. *The Intercept*, 6 dez. 2023. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/12/06/braskem-ditadura-ja-sabia-dos-riscos-mas-espionou-criticos-e-imprensa-contrarios-a-exploracao-em-maceio/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). *Política pública para a sustentabilidade no setor de mineração*. Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/77/83/7783c50f-d340-4eaf-8800-3c5041ed69bb/ibram.pdf. Acesso em: 19 ago. 2024.

LUZ, S. O. C.; SELMITTO, M. A.; GOMES, L. P. Medição de desempenho ambiental baseada em método multicriterial de apoio à decisão: estudo de caso na indústria automotiva. *Gestão & Produção*, São Carlos, v. 13, n. 3, p. 557–570, 2006. DOI: 10.1590/S0104-530X2006000300016.

MELO, P. R. C.; CARVALHO, R. S.; PINTO, D. C. *Rochas e os minerais industriais: usos e especificações*. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2008.

PIMENTEL, E. J. B. R.; PINHO, L. C. Uma análise do caso Braskem e da exploração da natureza à luz do pensamento de Mészáros. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 123–145, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/45816/28423>. Acesso em: 19 dez. 2024.

SILVA, R. F. *A mineração no Brasil e seus impactos ambientais*. Fundação Dom Cabral, 2024. Disponível em: <http://www.repositorio.fdv.br:8080/handle/fdv/1636>. Acesso em: 3 jul. 2024.

SILVA, M. L. da; ANDRADE, M. C. K. Política socioambiental para o setor de mineração: um olhar crítico. *Cadernos de Meio Ambiente e Sustentabilidade*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 45–58, 2021. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/meioAmbiente/article/view/541>. Acesso em: 16 nov. 2024.

STEELE-SCHOBBER, T. The importance of ESG for mineral reporting. *Journal of the Southern African Institute of Mining and Metallurgy*, Johannesburg, v. 121, n. 6, p. viii–xi, jun. 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2225-62532021000600003. Acesso em: 21 dez. 2024.

TEIXEIRA, A. F. de M. et al. A lógica do discurso ambientalista empresarial: da extração de sal-gema aos impactos no ambiente urbano. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, Recife, v. 9, n. 1, p. 27–45, 2020.

WORLD ECONOMIC FORUM. *Measuring stakeholder capitalism: towards common metrics and consistent reporting of sustainable value creation*. Genebra, set. 2020. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/measuring-stakeholder-capitalism-towards-common-metrics-and-consistent-reporting-of-sustainable-value-creation/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

CATEGORIAS DE GESTÃO SOCIAL NA PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS COLEGIADOS: UMA REVISÃO DA LITERATURA BRASILEIRA

**Samara Souza Maciel, Washington José de Sousa,
Francisco Raniere Moreira da Silva**

Resumo

O objetivo da presente revisão sistemática é atribuir, à luz de categorias teóricas de Gestão Social, qualidades à participação social no Brasil tomando como base de análise artigos científicos catalogados no Scielo Citation Index. As buscas foram realizadas a partir do protocolo PRISMA, por meio dos descritores “colegiado” e “fórum” no indexador Scielo Citation Index. Foram analisados 14 artigos por meio do Iramuteq e Bibliometrix, que apresentam experiências de colegiados de caráter deliberativo, com atuação em colegiados territoriais, conselhos de saúde, de assistência social, de desenvolvimento regional, de educação e de desenvolvimento social, além de orçamento participativo. O *corpus* analisado no Iramuteq gerou cinco dimensões que se ajustam a categorias teóricas de Gestão Social, nos termos de Cançado, Pereira e Tenório (2015), amparadas na esfera pública (Desenho Institucional, Contribuições do colegiado e Funcionalidade esfera) por meio do Interesse Bem Compreendido (Papel do Membro) e visando a Emancipação (Representatividade no colegiado).

Palavras-chave

órgãos colegiados; política públicas; participação; gestão social; revisão sistemática.

Abstract The objective of this systematic review is to assign, in light of theoretical categories of Social Management, qualities to social participation in Brazil based on the analysis of scientific articles indexed in the SciELO Citation Index. The search was conducted following the PRISMA protocol, using the descriptors “colegiado” (collegiate body) and “fórum” (forum) in the SciELO Citation Index. Fourteen articles were analyzed using Iramuteq and Bibliometrix. These articles present experiences involving deliberative collegiate bodies operating in territorial councils, health councils, social assistance councils, regional development councils, education councils, social development councils, and participatory budgeting initiatives. The corpus analyzed in Iramuteq resulted in five dimensions that align with the theoretical categories of Social Management, as proposed by Cançado, Pereira, and Tenório (2015). These categories are grounded in the public sphere (Institutional Design, Contributions of the Collegiate Body, and Functionality of the Sphere), supported by the concept of Enlightened Self-Interest (Role of the Member), and aimed at Emancipation (Representativeness within the Collegiate Body).

Keywords collegiate bodies; public policy; participation; social management; systematic review.

INTRODUÇÃO

A década de 1980 marcou, no Brasil, forte movimento de redemocratização que rompeu com o regime militar iniciado em 1964. Os modos de organização da sociedade civil tiveram papel crucial em um processo que culminou com a Constituição Federal de 1988 (CF/88). A compilação da produção acadêmica brasileira a respeito da participação caminha por uma linha temporal que divide movimentos e ações coletivas em três períodos: anos 1970 e 1980; anos 1990 e primeira década deste século XXI; anos mais recentes, tendo como marco a eleição de candidatos de partidos de esquerda. Foi intensa a participação de movimentos sociais e do sindicalismo rural e urbano naquele período.

A partir das conquistas da CF/88, adveio a instalação de conselhos com propósitos reivindicatórios (Mutzenberg, 2011) e de controle social, com duplo caráter, consultivo e deliberativo. Na primeira década dos anos 2000, outros espaços ampliaram a participação da sociedade, a exemplo daquele trazido pelo Decreto No 11.503 de 25 de fevereiro de 2008 que instituiu o Programa Territórios da Cidadania. As “Jornadas de junho de 2013” são apontadas como marco de outro momento, com pesquisadores lançando olhar sobre as manifestações que marcaram aquele período, evidenciando sua importância no processo de participação popular (Mario; Trindade; Tavares, 2018).

Colegiados, conselhos, fóruns e câmaras setoriais, derivados da CF/88, foram se constituindo e consolidando sistemáticas participativas na gestão das políticas públicas. A participação tem se mostrado, todavia, desigual no ritmo e nos efeitos sobre as diferentes áreas da vida social e política. (Dagnino, 2002). Nesse sentido, o cenário da participação para o exercício da cidadania no Brasil transcende a necessidade de dar voz ao povo, representando, antes, uma luta pelo direito a ter direitos. (Dagnino, 2004). Os órgãos colegiados costumam assumir papéis distintos, com caráter de meras estruturas governamentais adicionais, ou, como espaços públicos de participação e pactuação de interesses entre governos, atores coletivos e sujeitos políticos autônomos.

Considerando a natureza pública e o formato como se estruturam tão logo atuam os órgãos colegiados, constituindo espaços de debate e pactuações entre governos e sociedade civil, o objetivo deste artigo é atribuir, à luz de categorias teóricas de Gestão Social, qualidades à participação social no Brasil tomando como base de análise artigos científicos catalogados no Scielo Citation Index. Assume a premissa de que, uma vez instituindo, os colegiados, espaços públicos de confluência e pactuação de interesses entre gestão pública e sociedade civil, a sistematização de resultados de pesquisas realizadas no Brasil alinha dimensões de participação a categorias teóricas do domínio da Gestão Social, validando-as.

Trata-se, aqui, de exercício destinado a atribuir qualidades, nomeando atributos que validam categorias de Gestão Social, não a partir de dados empíricos, mas, sim, pela via da reunião de resultados de pesquisas já realizadas e publicadas. Com esse viés, o artigo segue por outras quatro sessões. A seguir, estão delineados, na seção dois, os procedimentos metodológicos, que evidencia o protocolo desta revisão; a caracterização dos textos selecionados, onde apresenta-se o quadro geral da produção científica e os resultados discutidos nesses artigos; as categorias analíticas de participação social, onde se discute os resultados a partir do quadro empírico evidenciado pelos estudos incluídos na revisão; e por fim as Considerações finais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo de revisão sistemática parte da seguinte questão: como dimensões da pesquisa nacional em colegiados de controle social emergem da publicação científica validando categorias teóricas de Gestão Social? Como revisão sistemática, direciona-se a “identificar, selecionar e avaliar criticamente pesquisas relevantes, e coletar e analisar dados desses estudos que são incluídos na revisão” (Moher; Liberati; Tetzlaff, 2015, p. 335). A pesquisa seguiu recomendações do Protocolo Prisma. As buscas foram realizadas nos dias 24 e 27 de setembro de 2019, e, posteriormente, refeitas no dia 16 de dezembro do mesmo ano.

Os descritores “colegiado” e “fórum” foram escolhidos para a coleta dos dados. O vocábulo “colegiado²” foi inserido na qualidade de órgão formal que adota gestão horizontalizada, com poder equitativo entre os membros, e funciona como arena política decisória vinculada às políticas públicas. O descritor “fórum³” foi inserido como espaço de discussão sobre determinado tema, com caráter informal e amplo acesso aos interessados. O banco de

dados escolhido foi a plataforma Scielo Citation Index (indexado à Web of Science). A escolha, em detrimento da Scielo.org., foi necessária pelo fato de que a plataforma Scielo Citation Index confere maior rigor na coleta de informações, possibilitando relatórios e métricas necessárias à compilação de publicações sob a forma revisão sistemática e de estudos bibliométricos.

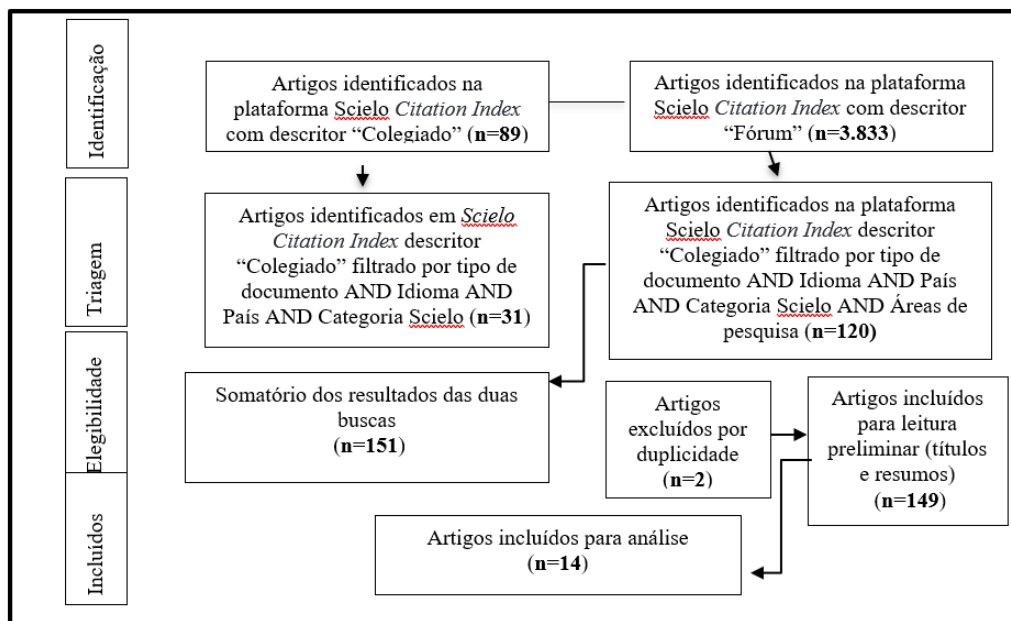
A primeira busca foi realizada com o vocábulo “colegiado” no filtro “tópico”. O resultado retornou 89 registros, posteriormente filtrados pelos critérios de tipos de documento=(research article) AND países/regiões=(Brazil or Brasil) AND categorias da scielo=(public environmental occupational health OR education educational research OR public administration OR health care sciences services OR health policy services OR management). Nessa fase, permaneceram 31 artigos.

A segunda busca, com o descritor “fórum”, gerou 3.833 resultados. Na sequência, tal resultado foi submetido aos seguintes filtros: países/regiões=(Brazil OR Brasil) AND idiomas=(portuguese) AND tipos de documento=(research article) AND áreas de pesquisa=(government law OR health care sciences services OR public administration OR education educational research) AND categorias da scielo=(education educational research OR health policy services OR political science OR health care sciences services OR law OR public environmental occupational health OR management OR public administration) AND categorias da scielo=(public administration OR political science OR health policy services OR health care sciences services OR public environmental occupational health OR law). Permaneceram 120 artigos.

A opção ‘Brasil’ deu-se pelo fato de que a revisão procedida esteve direcionada para categorizar somente experiências nacionais. O idioma ‘Português’ foi acionado em virtude do uso do software livre IRAMUTEQ para processamento das informações, o que requer uniformidade na língua. Foram excluídos dois artigos por repetição. A partir daí, os resultados foram analisados pela leitura de títulos e resumos visando à identificação da pertinência do conteúdo ao propósito da pesquisa, qual seja, a conexão órgãos colegiados, abordados nos artigos, com conteúdo de política pública e gestão social.

A aplicação do critério de qualidade, conforme sugere o protocolo PRISMA, mostrou-se necessária à definição do número final de artigos, pois, em virtude da escolha do software livre IRAMUTEQ para processamento dos dados, sob a forma de corpus único, os resumos teriam que firmar uniformidade quanto aos tópicos contidos. Apenas os textos contendo resumo⁷ de acordo com o item 3.1 da NBR 6028 (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2003), foram considerados. Desse modo, restaram 14 documentos. O Quadro 1 sintetiza a sequência do Protocolo com o devido resultado obtido em cada etapa.

Quadro 1 – Sequência das fases e resultados do Protocolo



Fonte: Elaboração autoral.

O IRAMUTEQ foi empregado para auxiliar na precisão da análise considerando a qualidade do *software* de, a partir de métricas estatísticas, evidenciar os termos importantes de um corpus, construído pelo pesquisador a partir do conjunto de dados coletados – que pode ser composto por transcrições de entrevista, documentos oficiais, matérias midiáticas, e, outros, a exemplo de resumos de textos científicos como no caso em pauta.

O IRAMUTEQ possibilita vários tipos de análises, entre as quais, a análise lexográfica clássica, a partir do cálculo de frequência das palavras, identificando as raízes destas, suas formas ativas e suplementares. O processamento resultou informações que possibilitaram as fases posteriores de Análise Fatorial de Correspondência (AFC), que analisa o texto em função das variáveis de caracterização, e de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que explora os seguimentos de textos em função dos seus respectivos vocábulos com testes X². A CHD visa à obtenção de classes a partir de segmentos de textos com vocabulário semelhante e distintos entre conjuntos. A ilustração acontece por meio de um dendograma. Para uma análise de texto pelo recurso da CHD, é necessário que o corpus textual seja “monotemático, pois a análise de textos sobre vários itens previamente estruturados ou diversos temas resulta na reprodução da estruturação prévia dos mesmos.” (Camargo; Justo, 2013, p. 5).

O *software* Bibliometrix mostrou-se útil ao interesse de definição de métricas posto que, por meio das informações processadas, o software define métricas, entre outras, como frequência de palavras-chave, cruzando autoria, ano de publicação, número de publicações por autor, anos de publicação dos documentos, redes de colaboração entre os autores e instituições de vínculo e outras do gênero. Além disso, fornece dados como

g-index e h-index que levam em consideração, respectivamente, quantos artigos o autor ou revista publicou, e, quantas vezes cada artigo foi citado, priorizando relações lineares ao longo do tempo.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS TEXTOS SELECIONADOS

Esta sessão apresenta as dimensões de participação social no Brasil geradas, pelo IRAMUTEQ, a partir do processamento de resumos de artigos publicados com lócus em órgãos colegiados. Antes, porém, é oportuno informar as métricas geradas pelo Bibliometrix em termos de citações, autoria, vínculo institucional dos autores, periódicos da publicação e palavras mais relevantes, além de impactos e relevância dos artigos contemplados na análise.

Os 14 artigos contam com 31 autores no conjunto e foram publicados em oito distintos periódicos. Possuem 41 palavras-chave, média de três citações por documento e são de abordagem qualitativa, publicados entre 2009 e 2016. Os autores com maior impacto são Mariana Eugênio Almeida, Carolina Andion, Tiago Pinto Barbosa e Flávia Duque Brasil, com h-index e g-index igual a 1 para todos, enquanto os artigos mais citados são Vianna e Lima (2013), Saliba et al (2009) e Gurgel e Justen (2013). O Bibliometrix define o impacto dos autores a partir do h-index, que analisa a produtividade científica baseada nos artigos mais citados, e, a relevância, pelo g-index que reúne métricas baseadas nos registros de publicação

Os periódicos com mais publicações são a Revista de Administração Pública (RAP) e a Revista de Sociologia e Política, com 5 e 3 registros respectivamente. As palavras-chave com maior ocorrência são democracia, gestão social, desenvolvimento territorial, com três ocorrências cada.

As publicações se apresentam sob a forma de estudo de caso e pesquisa documental, mediante emprego de entrevista, questionário e observação. Quanto à esfera de decisão, os colegiados estão categorizados em municipal, regional/territorial, estadual e nacional. Todos os colegiados têm natureza deliberativa.

Metade do conjunto aborda resultados de pesquisa em conselhos municipais. A esfera municipal concentra maior número de publicações, seguida pela territorial com cinco. Há duas publicações contemplando conselhos da esfera nacional – Conselho das Cidades e Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – e uma estadual – Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro é a unidade da Federação com maior número de registros (cinco) seguida pelo Rio Grande do Sul (três). Sete estados aparecem com um registro cada: São Paulo e Minas Gerais (Sudeste), Paraná e Santa Catarina (Sul) e Ceará, Pernambuco e Bahia (Nordeste). Não há registro no Norte. Conselho territorial tem 5 registros e conselho de saúde tem quatro, seguidos por orçamento público com três registros. Há um registro a conselho municipal de assistência social e municipal de educação e a conselho regional, aqui classificado como territorial com o intuito de evitar eventual ambiguidade com as regiões do País. O Quadro 2 traz uma síntese dos artigos segundo os critérios de autor e ano de publicação, em ordem cronológica.

Quadro 2: Síntese dos artigos

Id	Autor	UF	Título	Colegiado/esfera	Palavras-chave
1	SALIBA et.al (2009)	SP	Conselhos de saúde: conhecimento sobre as ações de saúde.	Conselho Municipal de Saúde; municipal	Participação social; Conselho Municipal de Saúde; Políticas de saúde.
2	PEREIRA; OLIVEIRA. (2011)	RS	Constituição e funcionamento do Conselho Municipal de Educação frente ao processo de democratização da gestão: um estudo dos municípios de Santa Maria e Santa Rosa/RS.	Conselho Municipal de Educação; municipal	Conselhos Municipais de Educação; Democratização. Autonomia; Representação social.
3	ZANI; TENÓRIO (2011)	RJ	Gestão social do desenvolvimento: a exclusão dos representantes dos empresários? O caso do Programa Territórios da Cidadania Norte-RJ	Colegiado Territorial do Programa Territórios da Cidadania Norte-RJ; territorial	Desenvolvimento territorial; gestão social; pluralismo; empresariado.
4	DUARTE; MACHADO. (2012)	CE	O exercício do controle social no âmbito do Conselho Municipal de Saúde de Canindé, CE	Conselho Municipal de Saúde de Canindé; municipal	Controle social; participação popular; gestão participativa.
5	HOROCHOVSKI, ROSSI; CLEMENTE (2012)	PR PE RS MG	Democracia deliberativa e orçamento público: experiências de participação em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Curitiba	Orçamento Participativo e Audiência Pública Orçamentária; municipal	Democracia; deliberação; orçamento participativo; audiência pública.
6	FREITAS; FREITAS; DIAS (2012)	RJ	O colegiado de desenvolvimento territorial e a gestão social de políticas públicas: o caso do Território Serra do Brigadeiro, Minas Gerais	Colegiado Territorial do Território Serra do Brigadeiro (TSB); territorial	Políticas públicas; desenvolvimento rural; gestão social.
7	BRASIL et.al. (2013)	BRA	Participação, desenho institucional e alcances democráticos: uma análise do Conselho das Cidades (ConCidades).	Conselho das Cidades; nacional	Democracia; participação social; desenho institucional participativo; ConCidades; política urbana.

Id	Autor	UF	Título	Colegiado/esfera	Palavras-chave
8	GURGEL; JUSTIN (2013)	RJ	Controle social e políticas públicas: a experiência dos Conselhos Gestores	Conselho Municipal de Saúde de Niterói; Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro e Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro; estadual e municipal	Democracia; controle social; conselhos gestores.
9	VIANNA; LIMA. (2013)	RJ	Colegiados de Gestão Regional no estado do Rio de Janeiro: atores, estratégias e negociação intergovernamental.	Colegiados de Gestão Regional (CGRs); territorial	Regionalização; relações intergovernamentais; colegiado de gestão regional.
10	NOVAES; SANTOS (2014)	BA	O Orçamento Participativo e a democratização da gestão pública municipal - a experiência de Vitória da Conquista (BA).	Orçamento Participativo; municipal	Orçamento participativo; democracia participativa; gestão municipal.
11	ZANI; TENÓRIO (2014)	RJ	Gestão social do desenvolvimento: o desafio da articulação de atores sociais no Programa Territórios da Cidadania Norte-RJ.	Colegiado Territorial do Programa Territórios da Cidadania Norte-RJ; territorial	Desenvolvimento territorial; gestão social; pluralismo; Programa Territórios da Cidadania.
12	RIBEIRO; ANDION; BURIGO. (2015)	SC	Ação coletiva e coprodução para o desenvolvimento rural: um estudo de caso do Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Serra Catarinense	Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter); territorial	Desenvolvimento rural; ação coletiva; coprodução do bem público.
13	SANTOS; GUGLIANO (2015)	BRA	Efetividade das políticas participativas no governo brasileiro: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; nacional	Participação; sociedade civil; Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; políticas públicas; efetividade.
14	PORTO DE OLIVEIRA (2016)	RS	Mecanismos da difusão global do Orçamento Participativo: indução internacional, construção social e circulação de indivíduos.	Orçamento Participativo; teórico municipal	Difusão de políticas públicas; orçamento participativo; organizações internacionais; Fórum Social Mundial; Banco Mundial.

O texto 1 reporta a participação de conselheiros no processo decisório e ações relacionadas à gestão em saúde e ao conhecimento dos conselheiros em temas pertinentes ao conselho, após a realização de curso de capacitação. Traz o perfil dos conselheiros de cinco municípios de pequeno porte da região Noroeste do estado de São Paulo: Bilac, Clementina, Gabriel Monteiro, Piacatu e Santópolis do Aguapeí (Saliba et al., 2009).

Os autores constataram que 71,5% dos informantes não possui ensino superior completo e 54,8% nunca participou de discussão sobre orçamento. Daqueles que participaram das discussões, 70% não sente dificuldade em analisar documentos, relatórios e orçamentos. Os conselhos estavam compostos por membros com pouco conhecimento sobre suas funções e parte significativa relatou ter dificuldade na compreensão de documentos. Antes da capacitação os conselheiros demonstraram deficiências a respeito do conhecimento das suas funções, o que avançou após a capacitação. Outra fragilidade identificada foi quanto à forma de ingresso nos conselhos, que tende a ser por indicação e não por eleição. (Saliba et al., 2009).

O texto 2 (Pereira; Oliveira, 2011) propõe-se a “discutir aspectos referentes à constituição e funcionamento do Conselho Municipal de Educação (CME) dos municípios gaúchos de Santa Maria (SM) e Santa Rosa (SR). Os autores apresentam um quadro de resultados indicando que, em Santa Maria, a Lei nº 4.123 de 22 de dezembro de 1997 (Santa Maria, 1997b, Art. 3º) criou o Sistema Municipal de Ensino (SME), com função de “planejar, organizar e implementar políticas educacionais públicas”. Em Santa Rosa, o SME foi criado por meio da Lei Municipal nº 3.211 e 14 de julho de 1999 (Santa Rosa, 1999a). O Art. 28 da referida Lei nº 4.123 reforma o SME/SR e compromete a autonomia, pois, exclui a Secretaria Municipal de Educação e Juventude (SMEJ) do seu modelo de gestão.

Os textos 3 e 11 são de autoria de Felipe Zani e Fernando Tenório. O primeiro foi publicado em 2011 e, o segundo, em 2014. No texto 3, publicado em 2011, intitulado “Gestão social do desenvolvimento: a exclusão dos representantes dos empresários? O caso do Programa Territórios da Cidadania Norte-RJ”, o objetivo foi “analisar as possibilidades de inclusão das entidades representantes dos interesses dos empresários tendo em vista o pluralismo no âmbito do Programa Territórios da Cidadania na região Norte do Estado do Rio de Janeiro” (Zani; Tenório, 2011, p. 781). Os principais resultados são sintetizados na sequência.

Não havia previsão para participação de representantes dos empresários no Colegiado. Os entrevistados expressaram rejeição à inclusão representantes dos empresários no colegiado. Por sua vez, a maioria dos empresários entrevistados desconheciam a existência do Programa Territórios da Cidadania. A rejeição dos membros do Colegiado é somada ao fato de que o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Território não prevê concretamente a participação de representantes do setor empresarial. Os autores consideram que a ausência dos empresários é opção do colegiado, ainda que sua inclusão não seja explicitamente mencionada nos documentos normativos (Zani; Tenório, 2011). O Colegiado estava desarticulado em termos de realização de reuniões no período da coleta dos dados.

Um comportamento geralmente observado em outros colegiados territoriais se repete neste espaço: há incontestável valorização das representações vinculadas à agricultura familiar.

Mesmo que as associações comerciais de diferentes municípios possuam representação em uma série de espaços de participação social, como Conselhos de Saúde, de Meio ambiente etc., isso não é uma realidade do Colegiado Territorial Norte-RJ.

Os empresários mostram-se abertos a participar, desde que sejam convidados, considerando que já participam de outros espaços colegiados. Vale salientar que, nas instâncias em que representantes dos empresários estão presentes, não houve relato de tensões nos processos de discussão (Zani; Tenório, 2011).

Tendo como objetivo analisar o exercício do controle social no âmbito do Conselho Municipal de Saúde (CMS) do Município de Canindé, CE, o texto 4 de Duarte e Machado (2012) apresenta como principais resultados a existência de considerável grau de desconexão entre a atuação dos conselheiros e as instituições por eles representadas. Porém, demonstram nível satisfatório de entendimento dos assuntos discutidos nas reuniões, contribuindo decisivamente para o exercício da participação. Constatou-se, também, baixa oferta de capacitação no que se refere ao controle social, gerando uma espécie de “efeito colateral” do dispositivo legal de rotatividade mínima dos conselheiros (Duarte; Machado, 2012).

Dentre os conselheiros, o segmento mais ativo é o dos trabalhadores, ao passo que o contrário acontece com o segmento dos usuários. Os conselheiros, todavia, julgam não existir fatores prejudiciais à participação no CMS. Informam, ainda, não haver corporativismo dentro do CMS. Foi possível verificar elevado grau de harmonia nas discussões coletivas e que o Conselho mantém articulação e parceria com outros colegiados e instituições. Ainda assim, mais da metade dos conselheiros julgaram que o Conselho é desconhecido pela população. (Duarte; Machado, 2012).

A maioria dos entrevistados considera que o colegiado cumpre seu papel central e geral de atuar na formulação das estratégias e no controle das ações da política de saúde. Além disso, o Conselho apresenta virtudes no que diz respeito ao efetivo exercício do controle social. Por outro lado, o segmento que mais enxerga fragilidades no Conselho é o dos trabalhadores, com interpretação contrária do segmento dos usuários. O colegiado parece, efetivamente, deliberar e discutir a política municipal de saúde, não se tratando apenas de espaço temporalmente constituído (Duarte; Machado, 2012).

O texto 5 escrito por Horochovski e Clemente (2012) trata do Orçamento Participativo (OP's) de Belo Horizonte (BH), Recife e Porto Alegre e das Audiências Públicas (AP's) de Curitiba. O objetivo foi “analisar em que medida as instituições investigadas têm maior ou menor proximidade com os pressupostos normativos da teoria da democracia deliberativa [...]” (Horochovski; Clemente, 2012, p.127). Os autores apresentam variáveis que apuram a democracia deliberativa exercida nos contextos selecionados. Aqui, optamos por apresentar as variáveis que estão relacionadas ao nosso objeto de pesquisa, conforme estão expostas a seguir.

Na variável “arcabouço institucional e funcionamento”, medida pela “formulação das regras pelos cidadãos” – nos OP's, - tal formulação está presente, com maior intensidade em Belo Horizonte, e, com menor intensidade, em Porto Alegre e Recife. No caso de Curitiba, as

decisões se concentram no poder executivo e os cidadãos têm presença nula nos processos. A variável “condições de participação” – avaliada pela presença de “esferas amplas de participação” – é relativamente forte, se forem considerados os mecanismos e representantes da sociedade que atuam nos OP’s. Por outro lado, em Curitiba, a participação é aberta para todo e qualquer cidadão, ainda que sob caráter consultivo.

A variável “discussão” – medida pela presença de “espaços e fluxos de debates e negociações” – comporta-se de modo diferente em cada arranjo. Em BH e Recife, é forte, contando com estruturas formais abertas à participação e com estruturas informais de discussão. Em Porto Alegre, a presença é fraca, com poucos espaços de debates e negociações. Em Curitiba, os espaços existem, porém, tutelados pelo poder público, tornando-os distantes do conceito de democracia deliberativa.

Na variável “deliberação”, mediante a “delegação efetiva de poder”, a presença é fraca nos três OP’s, a despeito do baixo percentual dos valores orçamentários sobre os quais deliberam, enquanto em Curitiba não há deliberação, apenas processo consultivo. A variável “conformação dos grupos políticos”, medida pela “implantação do desenho participativo”, evidencia processos bottom-up em três capitais de OP’s, com ausência em Curitiba. A participação, examinada pela “ocupação efetiva do espaço participativo”, foi considerada notória em BH e Recife, diferentemente de Porto Alegre, cujo poder executivo se coloca em oposição aos arranjos participativos. Em Curitiba, a participação nas AP’s é ínfima, explicada pela natureza consultiva e recente dos processos nesta capital.

O texto 6, de Freitas, Freitas e Dias (2012), tem por objetivo analisar a dinâmica de participação dos atores sociais na gestão social da política de desenvolvimento territorial no território da Serra do Brigadeiro (MG). O Colegiado é marcado predominantemente pela presença de instituições da agricultura familiar. Uma de suas características é a oportunização do fluxo de comunicação pela deliberação. É um lugar para se apresentar demandas, buscar recursos, elaborar e aprovar projetos. Não obstante, se constata ausência de participação efetiva (deliberativa) dos agricultores familiares na execução dos projetos empreendidos no Território, posto que o Colegiado não tem discutido e legitimado estes projetos (Freitas; Freitas; Dias, 2012).

O Colegiado proporciona um fluxo de informações sobre eventos e dinâmicas sociais dos municípios que o compõem. As organizações de representação sindical foram apontadas como as que mais interagem com as demais. A criação do Colegiado contribuiu para a constituição de diálogo entre diferentes atores sociais locais. Uma fragilidade é apontada no que se refere ao Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, visto que este não foi elaborado pelo Colegiado, mas apenas por ele referendado. Outra deficiência recaiu no fato de que a alocação de recursos ocorria em caráter imediatista, requerendo mobilização e formulação de projetos de forma acelerada.

A articulação de colegiados constituídos em espaços públicos em torno de temas urbanos levou à formulação de coletivos como o Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU), mais tarde configurado como Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) – que veio a integrar o ConCidades. O texto 7 (Brasil et al., 2013) tem foco exatamente

no ConCidades, criado em 2004. Acredita-se que este constitui um marco da experiência de participação das políticas urbanas federais, porém, ainda relativamente pouco abordada (Brasil et al., 2013).

O ConCidades constitui-se em instância de deliberação de dimensão decisional e de discussão, canalizando e processando conflitos entre projetos, valores e interesses distintos e antagônicos dos seus diversos representantes. Há restrita participação de alguns segmentos da gestão pública federal, principalmente das áreas fazendária e de planejamento, o que fragiliza o Conselho (Brasil et al., 2013).

O desenho institucional do Conselho inclui comitês temáticos, que se reúnem para discussão de pautas específicas, depois encaminhadas para a plenária. A vitalidade do ConCidades é evidente em virtude das proposições e do seu caráter de resistência. Segundo os autores os membros do conselho consideram seu caráter consultivo como uma limitação, porém, apesar dos limites do desenho institucional o ConCidades mostrou influência nos processos decisórios no âmbito do Ministério das Cidades (MCidades) e para outros órgãos, inclusive nas políticas urbanas desde a formulação. O ano de 2006 foi o de maior aprovação e publicação de resoluções por parte do Conselho, todavia, houve decréscimo nas publicações a partir de 2007, indicando arrefecimento no poder de influência e decisão (Brasil et al., 2013).

É importante notar que parte significativa das recomendações do ConCidades esteve voltada para o poder Executivo e o Legislativo federais e parte menor ao MCidades e às políticas de desenvolvimento urbano. Os temas das resoluções versaram principalmente sobre orçamento, finanças e alocação de recursos e programas governamentais, especialmente Programa de Aceleração do Crescimento -PAC, Programa Minha Casa, Minha Vida-PMCMV e Crédito Solidário (Brasil et al., 2013).

Os autores fazem referência ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social que, por meio da Lei n. 1.124 de 16 de junho de 2005, foi discutido e impulsionado pelo ConCidades. Outros planos setoriais foram gestados e/ou discutidos no Conselho e tiveram como resultado a publicação de resoluções como o Plano Nacional de Habitação e o Plano Nacional de Saneamento Básico, o que evidencia seu protagonismo na estruturação das políticas urbanas brasileiras, desde seus marcos regulatórios até planos setoriais de intervenção (Brasil et al., 2013).

A participação social foi notoriamente importante em termos de avanços em políticas públicas no Brasil nas últimas décadas, por meio de identidades coletivas, organizativas e mobilizatórias, resultando em documentos como o Estatuto da Cidade, por exemplo. A pesquisa evidenciou o ConCidades como órgão de potencial democrático e capacidade de imprimir avanços nas políticas, apesar do caráter consultivo, o que tem sido objeto de proposta de alteração (Brasil et al., 2013).

O texto 8 trata da experiência de três conselhos: o Conselho Municipal de Saúde de Niterói (RJ), o Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro e o Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, com o objetivo de “avaliar o exercício do controle social, como

ampliação da democracia na gestão pública, tomando como referência a prática dos Conselhos Gestores.” (Gurgel; Justen, 2013, p. 359). Entre os resultados apresentados, apenas o Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro possui página eletrônica. O site do Conselho tem informações básicas, mas o registro das atas estava desatualizado. A participação do pesquisador nas reuniões do Conselho Municipal de Niterói foi frustrada e informações documentais, como regimento e lista dos contatos dos conselheiros, foram negadas. Assim, a pesquisa foi prejudicada e realizada por meio de entrevista exclusivamente.

As reuniões dos conselhos de saúde encontravam-se fragilizadas por ausência de quórum. Durante as reuniões havia protestos em virtude da falta de transparência e não necessariamente discussão de pautas importantes para os conselheiros, como a privatização da saúde pública. “Sustentavam que há um processo de cooptação clientelista de vários conselheiros, por parte do secretário de Saúde.” (Gurgel; Justen, 2013, p. 365). Apesar disso, conselheiros relataram não reconhecer os protestos dos demais, ratificando contentamento com o Conselho e com a atuação deles próprios nos processos. Falhas foram evidenciadas e havia membros que se tornaram conselheiros, não por eleição, mas, sim, por convite da presidência. Houve, ainda, registro a cadeiras cativas no Conselho, sempre representadas pelas mesmas instituições, e a posturas centralizadoras por parte da direção do Conselho.

Diferentemente dos conselhos de saúde, no Conselho Municipal de Assistência Social havia não-conselheiros participando das reuniões, sempre abertas ao público. No início de cada reunião, a ata estava sendo disponibilizada e foi constatada rotatividade entre sociedade civil e poder público para os cargos da direção. Um problema identificado referiu-se à dificuldade para manter o Conselho atuante por todo o mês, para além das reuniões ordinárias, devido ao número reduzido de conselheiros (20) e a ausência destes na maioria nas reuniões. A vinculação do Conselho com a prefeitura não foi questionada pelos membros, já que dependem do apoio da mesma para funcionar. Apesar disso, os conselheiros não identificaram problema na autonomia do órgão.

O texto 9 discorre sobre os Colegiados de Gestão Regional (CGR) no estado do Rio de Janeiro (RJ). Tem o objetivo de analisar a implantação e caracterizar a dinâmica de funcionamento e o conteúdo das negociações presentes nos CGRs. Entre os principais resultados da pesquisa está a confluência de fatores técnicos, políticos e institucionais para a incorporação da regionalização na agenda estadual, assim como, um protagonismo da Secretaria Estadual de Saúde (SES-RJ) em parceria com o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS-RJ), na conformação dos CGRs. A SES-RJ atuava também nas funções de Coordenação Regional e na Secretaria Executiva (Vianna; Lima, 2013).

Os autores constataram a existência de regimento interno padrão para todos os CGRs, e a presença de câmaras técnicas e grupos de trabalho para processamento dos temas abordados. Existiam variações no modo de operação dos CGRs e regularidade das plenárias entre as regiões. Os autores apresentam como fator negativo a baixa participação dos representantes municipais em algumas regiões, bem como, a participação apenas eventual de técnicos da Secretaria Estadual de Saúde (SES-RJ) e de dirigentes do Ministério da Saúde nas reuniões, em detrimento da almejada participação assídua. Foi observada a

presença de prestadores privados, conselheiros de saúde e de membros de instituições de ensino e pesquisa, sempre condicionada à discussão de algum tema específico - ao passo que o ideal seria a participação efetiva e atuante, não condicionada a interesses próprios (Vianna; Lima, 2013).

Havia diversidade de temáticas com ênfase em aspectos relacionados à assistência à saúde, à vigilância epidemiológica e à formação e gestão de recursos humanos conforme previstas nas políticas federais. As pautas das reuniões dos CGRs estavam sendo definidas de maneira compartilhada. Ocorreu reconhecimento gradual dos CGRs como instâncias privilegiadas de negociação e decisão no âmbito regional. Houve redefinição do papel de outras instâncias colegiadas do SUS após a conformação dos CGRs, que influenciaram na organização da rede assistencial e definição de fluxos de referência. Como resultado, os autores constataram maior apropriação por parte dos gestores das políticas federais e estaduais de saúde e maior participação dos gestores nos assuntos regionais (Vianna; Lima, 2013).

O texto 10 (Novaes; Santos, 2014) trata da experiência do Orçamento Participativo de Vitória da Conquista (VC-BA) e assumiu o objetivo de discutir as possibilidades do Orçamento Participativo contribuir para a democratização da gestão pública municipal e a distribuição dos recursos orçamentários. Em 1997, iniciou-se a experiência do Orçamento Participativo (OP) em VC-BA contando com a realização de 22 plenárias das quais participaram 1.345 pessoas, elegendo 86 delegados para o I Congresso do Orçamento Participativo. O evento deliberou sobre diretrizes como melhoria da arrecadação e contenção de despesas envolvendo temas de educação, saneamento, saúde, infraestrutura, emprego e renda (Novaes; Santos, 2014).

O II Congresso do OP de VC-BA foi realizado em 1999 e teve público de 2.883 pessoas em 45 plenárias, com 194 delegados eleitos. Deliberaram sobre investimentos públicos de 1 milhão de reais, o total de 2% do orçamento da prefeitura. O III Congresso foi realizado no ano seguinte e ampliou o público para 3.283 participantes em 48 plenárias, elegendo 225 delegados. No evento, foram aprovadas 36 obras com custo estimado de R\$ 994.200,00. A taxa de participação nos Congressos de OP em VC-BA foi calculada com base no total da população, girando em torno de 1,2% (Novaes; Santos, 2014).

Em 2002, o IV Congresso do OP obteve considerável aumento na participação popular. Participaram 4.768 pessoas, em 31 plenárias e 476 delegados aprovaram R\$ 1.600.000,00 para financiamento de 53 obras - representando 1,29% do orçamento municipal. O V Congresso, em 2003, com 2.397 participantes, teve redução na participação popular. Em 2004, o VI Congresso sofreu mudança metodológica e as plenárias passaram a discutir investimentos por eixos e demandas prioritárias. Os autores não fazem referência aos anos de 2005 a 2009.

Em 2010, foi realizado um levantamento, pela Gerência de Mobilização Social e OP, das demandas aprovadas por ocasião do VIII Congresso do OP-VC (2008). Das 31 demandas solicitadas, referentes à pavimentação, apenas seis foram atendidas, outras foram parcialmente atendidas ou não atendidas na totalidade. Desse modo, os autores relatam a

incapacidade de deliberações robustas e significativas, indicando a ausência da chamada “efetividade deliberativa” qual seja, a capacidade de influenciar, controlar e decidir sobre as políticas públicas, definindo suas prioridades (Novaes; Santos, 2014).

O texto 11, conforme anunciado anteriormente, tem a mesma autoria do texto 3. Isso foi publicado em 2014 e intitula-se “Gestão social do desenvolvimento: o desafio da articulação de atores sociais no Programa Territórios da Cidadania Norte-RJ”. Os autores analisam o desenho e a implementação do Programa Territórios da Cidadania no Norte-RJ quanto à característica de pluralismo, especialmente em termos de inclusão dos representantes de empresários no colegiado.

Os principais resultados são que os municípios mais dinâmicos da região Norte do Rio de Janeiro não conferiam relevância ao Programa Território da Cidadania. Os autores relatam incontestemente valorização das representações vinculadas à agricultura familiar e parte significativa dos informantes mostrava-se contrária à inclusão de representações empresariais no Programa (Zani; Tenório, 2014).

A elaboração dos projetos de infraestrutura propostos pelo Colegiado foi prejudicada pelo problemático fluxo de informações no Território. Constataram os autores desmotivação dos membros do Colegiado quanto aos projetos propostos. O processo de avaliação dos projetos territoriais apresentava erros basilares que inviabilizavam a propositura de iniciativas inovadoras articuladas com empresários. Concluem que o modelo de gestão social praticado no Norte Fluminense não conseguiu promover a concertação das forças sociais dinâmicas presentes no Território. (Zani; Tenório, 2014).

O texto 12 é um estudo de caso sobre o Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Serra Catarinense (Codeter) e objetivou analisar como o processo de coprodução foi construído na prática do Colegiado. Os autores denotam que a composição do Codeter foi fruto de uma arena de disputas que possibilitou a aprovação de projetos para desenvolvimento territorial da Serra Catarinense com critérios mais rígidos, além de incrementar o nível de execução de políticas públicas (Ribeiro; Andion; Burigo, 2015).

Por meio do Codeter ocorreu a ampliação de ações do Ministério da Agricultura, com a implantação do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (Suasa), do Ministério da Educação, no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e, do então Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O colegiado favoreceu o fortalecimento de arranjo agroecológico e forneceu apoio à cadeia produtiva do leite e ao incremento da cadeia produtiva do vime (Ribeiro; Andion; Burigo, 2015).

A participação no conselho é mais estimulada pela maximização de ganhos particulares do que pela construção de bens coletivos. Os autores perceberam no Codeter a coexistência de múltiplas visões sobre o desenvolvimento rural. Por meio do Conselho ocorreu a ampliação do campo de abrangência dos projetos aprovados e havia predominância na participação do segmento social dos agricultores familiares. Durante as plenárias, o poder de fala e participação nas discussões esteve diretamente associado à qualificação dos representantes.

Ademais, o grau de coprodução no Colegiado apresentou baixa intensidade. (Ribeiro; Andion; Burigo, 2015).

O texto 13 trata da efetividade das políticas de participação no Brasil, tomando como exemplo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Social (CNDS) no período de 2003 a 2012. A partir de 2003, a gestão pública federal procurou manter pacto com a sociedade civil para qualificar a gestão e incidir nos seus processos decisórios. Assim, houve aumento considerável de conselhos nos mais diversos temas. O CNDS propôs uma metodologia de debate buscando convergências. As propostas votadas objetivavam consensos antes da apreciação pela presidência da República. A negociação caminhava sempre pela via do debate público e evitou o fortalecimento de demandas setorializadas e opiniões majoritárias. O Conselho não se caracterizou, todavia, como instância de participação popular (Santos; Gugliano, 2015).

O desenho institucional mostrou-se relevante à efetividade da participação, com grupos de trabalho, participantes diversos e alternância na presidência evidenciando capacidades democráticas. O CNDS foi apresentado pelos autores como altamente organizado internamente, no funcionamento, nas reuniões e na diretoria. Porém, apareceu problema nos critérios de definição dos participantes, com sobreposição de segmentos, e, ainda, não alternância da presidência. O CNDS apresentou baixo impacto na formulação de políticas, com sobreposição na agenda governamental e baixa inclusão de pautas da sociedade civil, ficando demasiadamente dependente do sistema político. O governo teve dificuldade em promover política participativa nos órgãos da administração pública federal. Com o objetivo de sanar essa dificuldade, em 2014 foi lançada a Política Nacional de Participação Social, que ficou ameaçada pela postura de setores conservadores do parlamento (Santos; Gugliano, 2015).

O artigo 14, de autoria de Porto de Oliveira (2008), tratou da difusão do Orçamento Participativo pelo mundo por meio de órgãos internacionais, pela via de um histórico de como o OP foi adotado em outros países. O autor objetivou “mostrar a transição entre o momento em que o OP ainda estava em busca de legitimidade internacional e a sua difusão massiva.” (Porto de Oliveira, 2016).

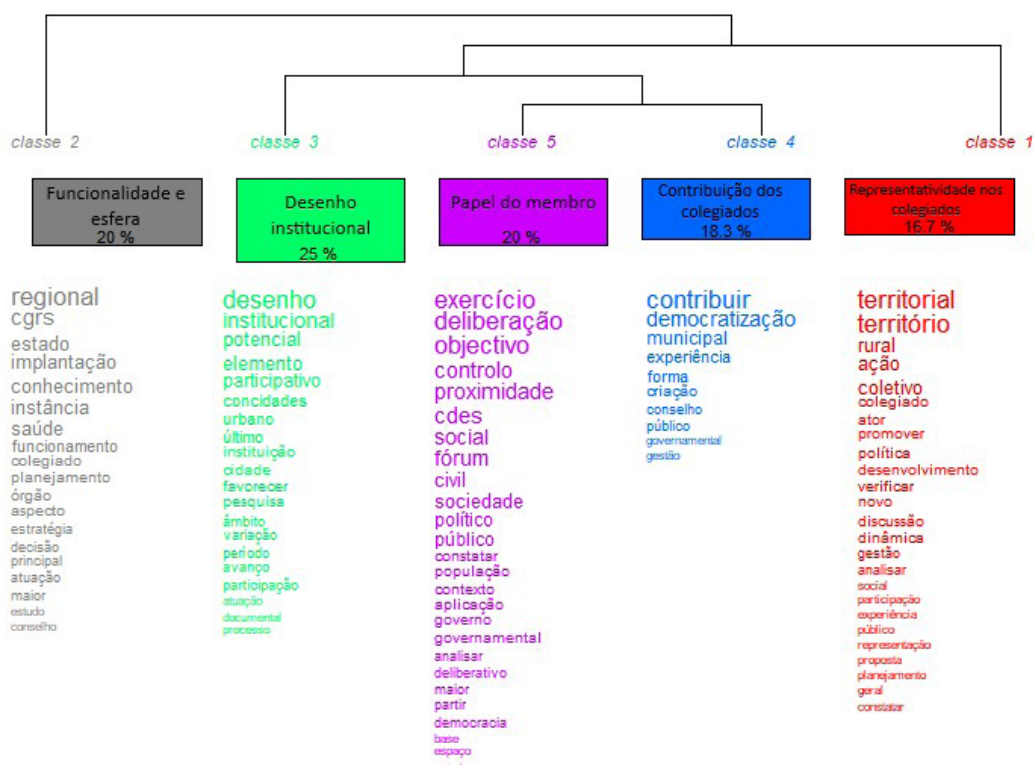
O autor reporta que Porto Alegre, que já tinha uma experiência consolidada de OP, sediou em 2001 o primeiro Fórum Social Mundial (FSM). O evento possibilitou que muitas autoridades mundiais conhecessem in loco a experiência do OP municipal, contando com ampla divulgação junto a órgãos mundiais como Organização das Nações Unidas (ONU), Banco mundial e União Europeia. No início dos anos 2000, a Europa estabeleceu algumas experiências com OP's, saindo de 20 em 2002 para centenas delas em 2008. São exemplos, trazidos pelo autor, as experiências de Paris, Roma, Londres, Lisboa e Berlim. Na África, desabrocham OP's em Moçambique, Senegal e Camarões. O OP passou a vigorar como lei em países como Peru, Equador e República Dominicana. Apesar da expansão do OP pelo mundo, ao longo do tempo o caráter democratizante radical, presente em Porto Alegre, foi-se perdendo e diluiu-se nas instituições internacionais, sobressaindo a parte técnica (Porto de Oliveira, 2008).

CATEGORIAS ANALÍTICAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Para fins de discussão dos resultados, utilizou-se o software Iramuteq no processamento dos resumos dos textos selecionados. O corpus unificado com a íntegra dos 14 resumos foi analisado com base na orientação da literatura, qual seja, sob o critério de associação das palavras em suas classes com valor de qui-quadrado igual ou superior a 3,84, cálculo de grau de liberdade 1 e significância de 95% (Camargo; Justo, 2016).

A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) apresentada a seguir na Figura 1 foi obtida a partir do n=14 textos decomposto em 77 segmentos de texto, dos quais, 60 foram classificados, significando um aproveitamento de 77,92%, acima do percentual mínimo exigido de 75% no entendimento de Camargo e Justo (2016). O *corpus* textual gerou 2.589 ocorrências de palavras, dispostas em 908 formas distintas. A CHD gerou cinco classes, sendo as classes 3, 4 e 5 diretamente associadas entre si.

Figura 1 –Classificação Hierárquica Descendente (CHD)



Fonte: Elaborado com Iramuteq.

O processamento do resumo e das palavras-chave do conjunto selecionado, no software Iramuteq, gerou cinco dimensões que se ajustam a categorias teóricas de Gestão Social, nos termos de Caçado, Pereira e Tenório (2015), amparadas na esfera pública (Desenho Institucional, Contribuições do colegiado e Funcionalidade esfera) por meio do Interesse Bem Compreendido (Papel do Membro) e visando a Emancipação (Representatividade no colegiado).

O resultado do processamento tornou possível nomear as classes geradas, pelo Iramuteq, em consonância com bases teóricas de participação social e categorias da Gestão social. As classes centrais (3, 4 e 5) estão inter-relacionadas representadas predominantemente por, na classe 3 Brasil et al. (2013), na classe 4 Duarte e Machado (2012), Novaes e Santos (2014) e Pereira e Oliveira, (2011), e, na classe 5, Gurgel e Justen (2013), Horochovski e Clemente (2012) e Santos e Gugliano (2015).

A Classe 3 se refere ao funcionamento dos colegiados, do desenho institucional e como este incide sobre os processos decisórios de políticas públicas. Este desenho precisa estar amparado na categoria Esfera Pública, que o espaço de desenvolvimento da gestão social, devendo servir para aproximar as pessoas da política, e para tanto abriga as categorias de Democracia Deliberativa, Dialogicidade, Intersubjetividade e Racionalidade (Cançado; Pereira; Tenório, 2015). Assim, o desenho institucional dos órgãos colegiados deve ser voltado para a participação e efetivação da vida política da comunidade.

A Classe 4 evidencia a contribuição dos colegiados para a democratização das políticas públicas e como tais unidades organizacionais se tornam arenas políticas decisórias, o que também corrobora com a categoria de Esfera Pública. Nestes lugares as pessoas privadas se encontram em um espaço público e deliberam sobre demandas públicas e necessidades futuras (Cançado, Tenório e Pereira 2015).

A Classe 5 (Papel do membro) diz respeito ao papel que os membros exercem nos processos participativos, deliberando sobre questões de ordem pública e social, representando aqui a categoria da gestão social denominada Interesse Bem Compreendido, que entende o bem star coletivo como pré-condição para o bem-estar individual, reforçando a interdependência entre os indivíduos na compreensão da sua atuação na esfera pública, a fim de que ocorra a reconstrução coletiva do espaço público (Cançado; Tenório; Pereira, 2015).

A Classe 1 representa predominantemente os textos de Santos e Gugliano (2015), Freitas, Freitas e Dias (2012), Zani e Tenório (2011; 2014), com objetos de pesquisa no Programa Territórios da Cidadania e colegiados territoriais. Os artigos 13 e 14 de Tenório e Zani discutem a pluralidade dos atores que participam de tais espaços, que são, por natureza, horizontais em seu caráter decisório, mas que, no caso estudado, não têm sido inclusivos com o segmento específico dos empresários. Em sentido complementar, os artigos 03 e 09 destacam a predominância de atores do segmento e instituições da agricultora familiar.

Deste modo, a Classe 1 evidencia a Representatividade dos atores nos órgãos colegiados e remete à efetividade dos processos decisórios nas políticas públicas territoriais de desenvolvimento. Esse fato denota que, no conjunto, incide maior força, na discussão de efetividade das decisões colegiadas, entre textos com abordagem territorial. O contexto dos estudos corrobora com a dimensão de Emancipação cujo sentido caminha na autonomia de libertar-se, pondo-se a si mesmo como sujeito (Cançado; Tenório; Pereira, 2015).

A Classe 2 em cinza na CHD remete predominantes aos textos de Saliba, et al. (2009) e Vianna e Lima (2013). O primeiro trata da capacitação dos conselheiros de saúde sobre as

ações no conselho e a compreensão dos seus processos. O segundo também remete à participação dos atores, mas com o foco sobre a constituição dos Conselhos de Gestão Regional.

A mesma trata da funcionalidade e esfera de decisão dos órgãos colegiados e do papel que o membro exerce na efetividade destes, ao incidirem sobre as políticas públicas e os processos decisórios da gestão pública. Enfatiza, assim, a noção de como os colegiados agem e funcionam pactuados em torno de ideais de democracia, controle social e participação a que se propõem. Também podem ser relacionados com a categoria de esfera pública no conceito de Gestão Social (Cançado; Tenorório; Pereira, 2015).

O artigo 14, de Porto de Oliveira (2016), não aparece no resultado do processamento do software, o que é explicado por ser o único de natureza teórica, destinado à discussão da expansão de experiências de orçamento participativo e não remetendo a funcionamento ou resultados de conselho em esfera específica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão aqui proposta analisou quatorze artigos selecionados na plataforma Scielo Citation Index a partir de buscas pelas expressões “colegiado” e “fórum” em publicações com abordagem em políticas públicas. No conjunto, contemplam princípios de participação, a cidadania e de desenvolvimento e gestão social. As experiências expressam inquietações em torno da qualidade do exercício da cidadania e da consolidação da participação social no Brasil questionando efetividade.

Os resultados sintetizados indicam que experiências de gestão colegiada de políticas públicas no Brasil podem ser abordadas a partir de categorias como funcionalidade e esfera de decisão, representatividade e efetividade, desenho institucional e papel do membro (segmento representado) e contribuições da atuação. Corroboram, no conjunto, a existência de processos internos frágeis contaminados por carências na capacitação dos membros.

A pesquisa contemplou colegiados de políticas públicas e interesses diversos e esferas distintas e, nesse sentido, mostra-se válido, a estudos futuros, considerar a possibilidade de estratificar políticas públicas e esferas para, por um lado, ratificar a validade das classes aqui analisadas e, por outro, qualificar alterações por nível de complexidade do colegiado. Aqui, abre-se a premissa de que, colegiado na esfera nacional, possui qualificações dos membros e complexidade decisória distintas daquelas encontradas, por exemplo, na esfera municipal.

Uma dificuldade na realização desta revisão foi a sistematização das informações, pela complexidade de localizar e acessar sítios específicos para qualificar descritores apropriados ao propósito pretendido. Nesse sentido, um sítio da mesma natureza do Dec's nas Ciências da Saúde, mostra-se ferramenta necessária às Ciências Humanas e Sociais. Limitações na extração de informações em massa da base Scielo.org, originalmente escolhida para a busca, representou outra dificuldade, considerando o fato de não possibilitar uma sistematização mais acurada das informações dos registros encontrados, a exemplo da base Scielo indexada a Web Of Science, como analisar resultados, fazer relatórios de citação, estabelecer redes de

autoria, instituições, entre outros. As Ciências Humanas e Sociais mostram-se deficitárias a esse tipo de exercício, comum e consolidado nas Ciências da Saúde notadamente quando se considera recursos como o já mencionado Dec's e a aceitação e respaldo acadêmico que as revisões sistemáticas e suas congêneres têm nesse campo de estudo.

Como possibilidades para estudos futuros de revisões sistemáticas no domínio de órgãos colegiados, mostra-se pertinente considerar experiências em outros países da América Latina, incluindo comparativos que considerem a pertinência das classes aqui consideradas. Essa revisão, mesmo diante das limitações pontuadas, contribui tanto para indicar referências relevantes no tratamento do tema quanto bases conceituais. Outro ponto relevante reside na validade dos recursos metodológicos, pela pertinência Iramuteq e do Bibliometrix.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº 101/2019. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019. 533 p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 dez. 2019.

BRASIL. *Decreto nº 11.503, de 25 de fevereiro de 2008*. Institui o Programa Territórios da Cidadania. Brasília, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/dnn/dnn11503.htm. Acesso em: 16 dez. 2019.

BRASIL, F. de P. D. et al. Participação, desenho institucional e alcances democráticos: uma análise do Conselho das Cidades (ConCidades). *Revista de Sociologia e Política*, [s.l.], v. 21, n. 48, p. 5–18, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/38754>. Acesso em: 16 dez. 2019.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. Tutorial para uso do software IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires). 2016. 32 p. Disponível em: https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/1-mackenzie/universidade/unidades-academicas/CCSA/2024/MAI/Tutorial_Iramuteq_2013_portugues.pdf. Acesso em: 16 dez. 2019.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. Fundamentos teóricos da gestão social. *Desenvolvimento Regional em Debate*, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 4–19, 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/703>. Acesso em: 23 jul. 2020.

DAGNINO, E. (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, E. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: CLACSO. *Sociedade civil e participação*. Buenos Aires, 2004. p. 195–216. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/371964699_A_Confluencia_Perversa. Acesso em: 16 dez. 2019.

DUARTE, E. B.; MACHADO, M. de F. A. S. O exercício do controle social no âmbito do Conselho Municipal de Saúde de Canindé, CE. *Saúde e Sociedade*, [s.l.], v. 21, supl. 1, p. 126–137, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/b4xmzfLNMvtFhtVYYnPdn6F/?lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2019.

FREITAS, A. F. de; FREITAS, A. F. de; DIAS, M. M. O colegiado de desenvolvimento territorial e a gestão social de políticas públicas: o caso do Território Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. *Revista de Administração Pública*, [s.l.], v. 46, n. 5, p. 1201–1223, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/R3LTg6TKqMMpX6PWdkB77Rp/abstract/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 16 dez. 2019.

GURGEL, C.; JUSTEN, A. Controle social e políticas públicas: a experiência dos conselhos gestores. *Revista de Administração Pública*, [s.l.], v. 47, n. 2, p. 357–378, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/mFj8HXxTXyW9hKvxbhcKwm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2019.

HOROCHOVSKI, R. R.; CLEMENTE, A. J. Democracia deliberativa e orçamento público: experiências de participação em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Curitiba. *Revista de Sociologia e Política*, [s.l.], v. 20, n. 43, p. 127–157, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/G3SHpSJ6j8ZdrSHMnPGKpwG/?lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2019.

MARIO, C. G. de; TRINDADE, T. A.; TAVARES, F. M. M. Participação política e movimentos sociais no Brasil contemporâneo. *Idéias*, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 7–16, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8652971>. Acesso em: 16 dez. 2019.

MOHER, D. et al. Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: a recomendação PRISMA. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, [s.l.], v. 24, n. 2, p. 335–342, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/TL99XM6YPx3Z4rxn5WmCNCf/?lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2019.

MUTZENBERG, R. Movimentos sociais: entre aderências, conflitos e antagonismos. *Sinais – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, [s.l.], v. 1, n. 9, p. 127–143, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/sinais/article/view/2782/2250>. Acesso em: 16 dez. 2019.

NOVAES, F. S.; SANTOS, M. E. P. dos. O orçamento participativo e a democratização da gestão pública municipal: a experiência de Vitória da Conquista (BA). *Revista de Administração Pública*, [s.l.], v. 48, n. 4, p. 797–820, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000400001&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 16 dez. 2019.

PEREIRA, S. M.; OLIVEIRA, O. S. de. Constituição e funcionamento do Conselho Municipal de Educação frente ao processo de democratização da gestão: um estudo dos municípios de Santa Maria e Santa Rosa/RS. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, [s.l.], v. 19, n. 72, p. 651–678, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362011000400010&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 16 dez. 2019.

PORTO DE OLIVEIRA, O. Mecanismos da difusão global do orçamento participativo: indução internacional, construção social e circulação de indivíduos. *Opinião Pública*, [s.l.], v. 22, n. 2, p. 219–249, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/GQRFQsFqx88MFQnnVw7GB7Q/?lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2019.

RIBEIRO, A. C.; ANDION, C.; BURIGO, F. Ação coletiva e coprodução para o desenvolvimento rural: um estudo de caso do Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Serra Catarinense. *Revista de Administração Pública*, [s.l.], v. 49, n. 1, p. 119–140, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/z3rBGgMVxKNmYdfz9vRfp8M/?lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2019.

SALIBA, N. A. et al. Conselhos de saúde: conhecimento sobre as ações de saúde. *Revista de Administração Pública*, [s.l.], v. 43, n. 6, p. 1369–1378, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/hkpXZgVNyKGMm649zdW86wt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2019.

SANTOS, P. R. dos; GUGLIANO, A. A. Efetividade das políticas participativas no governo brasileiro: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Revista de Sociologia e Política*, [s.l.], v. 23, n. 56, p. 3–19, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/PDFkB5pmTvvjJbNZYJQTMrH/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2019.

VIANNA, R. P.; LIMA, L. D. de. Colegiados de gestão regional no estado do Rio de Janeiro: atores, estratégias e negociação intergovernamental. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, [s.l.], v. 23, n. 4, p. 1025–1049, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/V6gw3GNjbnQ8G6JCR6h3vXn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2019.

ZANI, F. B.; TENÓRIO, F. G. Gestão social do desenvolvimento: a exclusão dos representantes dos empresários? O caso do Programa Territórios da Cidadania Norte-RJ. *Cadernos EBAPE.BR*, [s.l.], v. 9, n. 3, p. 780–802, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/sWhKZsn5N3Kng7YWhdLcfQJ/?lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2019.

ZANI, F. B.; TENÓRIO, F. G. Gestão social do desenvolvimento: o desafio da articulação de atores sociais no Programa Territórios da Cidadania Norte-RJ. *Organizações & Sociedade*, [s.l.], v. 21, n. 68, p. 853–874, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/hm9SJ8XtqTKYQ7cL3tnGBVH/?lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2019.

“ANTES EU ERA PEÃO, DEPOIS FIQUEI PATRÃO”: CONSTRUÇÕES E VIVÊNCIAS NA RELAÇÃO DO SUJEITO COM O TRABALHO

Diélen Caron, Pedro Henrique de Góis

Resumo

O trabalho constitui um fenômeno psicossocial fundamental à existência humana, sendo que as vivências relacionadas ao âmbito laboral, marcado por forças e resistências, atravessam a vida dos sujeitos produzindo diferentes impactos ao longo de sua trajetória. O presente estudo tem como objetivo analisar como a relação do sujeito com o trabalho configura modos de ser/existência observando sua trajetória de vida, tendo como campo de análise a figura de um sujeito-empresendedor que gerencia duas pousadas estudantis no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter exploratório, desenvolvido por meio do método etnográfico, no ano de 2021, com base em entrevista semiestruturada e observação participante no contexto investigado. Evidenciou-se a emergência das categorias de “peão”, “patrão” e “pai Toni” como referências identitárias ao longo da trajetória do sujeito pelo desempenho de diferentes papéis nos diversos grupos sociais pelo qual o sujeito participou, dentre esses o papel de trabalhador, onde manifestou-se a centralidade do trabalho na constituição de si do sujeito, no entanto, o trabalho enquanto um atravessamento em sua trajetória, mostrou-se diferente da simplificação trazida pelo viés econômico como única resposta ao sentido do trabalho.

Palavras-chave

trabalho; sujeito; subjetividade; trajetória profissional; constituição de si.

Abstract Work constitutes a psychosocial phenomenon fundamental to human existence, and experiences related to the work environment, marked by strengths and resistance, cross the lives of subjects, producing different impacts throughout their trajectory. The present study aims to analyze how the subject's relationship with work configures ways of being/existence by observing his life trajectory, having as a field of analysis the figure of a subject-entrepreneur who manages two student hostels in the northwest of the state of Rio Grande do Sul. This is a qualitative, exploratory study, developed using the ethnographic method in 2021, based on semi-structured interviews and participant observation in the context investigated. The emergence of the categories of "peão", "boss" and "pai Toni" as identity references throughout the subject's trajectory was evidenced by the performance of different roles in the various social groups in which the subject participated, among them the role of worker, where the centrality of work in the subject's self-constitution was manifested. However, work as an intersection in his trajectory, proved to be different from the simplification brought by the economic bias as the only response to the meaning of work.

Keywords work; subject; subjectivity; professional trajectory; constitution of self.

INTRODUÇÃO

O trabalho compreende um fenômeno complexo, multifacetado e polissêmico, podendo assumir diferentes conotações em meio a diversas definições e perspectivas epistemológicas de análise (Silva; Tolfo, 2012). As diversas concepções sobre o trabalho são resultantes de um processo de criação histórica, no qual o desenvolvimento e a propagação de cada uma são concomitantes à evolução dos modos e relações de produção, da organização da sociedade como um todo e das formas de conhecimento humano (Neves et al., 2018).

O conceito de trabalho na perspectiva contemporânea é carregado de sentido individual e social, sendo definido como meio de produção da vida, ao prover subsistência, criar sentidos existenciais e contribuir na estruturação da subjetividade e da identidade (Tolfo; Piccinini, 2007). De acordo com Bertani e Barreto (2004), o trabalho traz um universo de significados, cujas transformações trazem por sua vez implicações aos modos de viver e subjetivar, sendo um identificador de estilos de vida e da própria identidade pessoal, tornando-se vital para a sobrevivência.

Na área da administração, os estudos que envolvem a relação entre sujeito, subjetividade e trabalho associam-se às áreas de gestão de pessoas e comportamento organizacional. Além disso, a constituição subjetiva, a produção do sujeito que conhece, trabalha e organiza, é elemento indispensável nos estudos das práticas de organização e, conseqüentemente, inerente à área de estudos organizacionais (Zimovski; Vasconcelos; Carrieri, 2022).

Nesses campos de estudo, buscam-se compreender o modo como a subjetividade é expressa pelo trabalhador através de seus pensamentos, condutas, motivações e ações no contexto de trabalho nas organizações. Outra possibilidade de análise reside na compreensão de como as organizações impactam no modo como o sujeito se relaciona com o trabalho e se constitui a partir das experiências e sentidos vivenciados em sua trajetória profissional.

Segundo Nardi, Tittoni e Bernardes (2011), subjetividade e trabalho constituem um campo de conhecimento que busca analisar o sujeito trabalhador, definido a partir das vivências e experiências adquiridas no mundo do trabalho. Nesse sentido, concebe-se o “sujeito” como sendo afetado pelas normas sociais e elementos culturais do contexto, estando inserido nas tramas que definem essas normas, o que se opõem à concepção de sujeito autônomo e livre associada à ideia de indivíduo.

Ao longo da história, a transformação das relações entre a subjetividade e o trabalho carregam as marcas do redimensionamento da função do trabalho como alicerce da coesão social (Nardi, 2006). Cada contexto de tempo e espaço em específico é permeado por diversas organizações e formas de trabalho que possuem diferentes regras e símbolos compartilhados socialmente, e que se modificam e se ampliam produzindo impactos no sujeito.

Desse modo, o trabalho atravessa as trajetórias como uma forma de constituir o sujeito. A relação que este desenvolve com o trabalho é marcada por forças e resistências que configuram modos de ser que se refletem em sua trajetória de vida.

Pensar na trajetória profissional de um sujeito é pensar na articulação e interação de aspectos sociais e pessoais, resgatar os caminhos percorridos durante sua vivência laboral, levando em consideração as inserções, as contradições, os movimentos e as exigências em diferentes contextos e momentos históricos. A compreensão da trajetória, bem como suas experiências, contribui para o entendimento das escolhas relacionadas ao âmbito social, econômico, afetivo e profissional do sujeito (Santos; Alvarenga; Alves, 2017).

Nesse sentido, para compreender a relação do sujeito com o trabalho, faz-se necessário não apenas uma análise da trajetória em específico, mas um olhar sobre aspectos que permeiam cada espaço organizacional que o sujeito passou ao longo da trajetória.

A luz desses conceitos, o presente estudo, baseado no tema subjetividade e trabalho, traz como problemática “Como a relação do sujeito com o trabalho configura modos de ser/existência a partir do resgate de sua trajetória de vida?”. Tem-se como objetivo geral, delimitou-se “Analisar como a relação do sujeito com o trabalho configura modos de ser/existência observando sua trajetória de vida”. Para o alcance desse, delimitou-se dois objetivos específicos do estudo, sendo: 1) Caracterizar o trabalho como atravessamento na trajetória constitutiva do sujeito; 2) Compreender como a trajetória de vida do sujeito reflete uma (re)construção a partir de suas vivências.

A discussão que permeia a análise aqui proposta, relaciona-se a trajetória de vida de um sujeito, que trabalha com a gestão de pousadas estudantis, próximo a duas instituições

federais de ensino localizadas no interior do município de Frederico Westphalen, noroeste do Rio Grande do Sul (RS).

O estudo pretende contribuir para a literatura acerca da relação entre o sujeito, subjetividade e trabalho, e a forma como essa relação atravessa a trajetória de vida compondo formas de ser e existir, constituindo um elemento de análise para compreender a relação entre o homem e o mundo do trabalho.

Conforme exposto por Sznelwar, Uchida e Lancan (2011), propor que se aborde o trabalhar a partir de como os sujeitos constroem e vivenciam o seu trabalho, é uma tentativa de enriquecer as diferentes representações sociais existentes sobre o trabalho humano.

O contato com o tema, bem como o interesse de pesquisa deu-se a partir da experiência de iniciação científica durante o percurso da graduação, com dois projetos de pesquisa desenvolvidos junto ao Instituto Federal Farroupilha (FFar) - Campus Frederico Westphalen, sendo: "O sujeito e o trabalho: interfaces entre a ética, as práticas de constituição de si e as organizações" - que tem como objetivo compreender como são constituídos modos de se relacionar com o trabalho na região de Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, e "A hiperflexibilização do trabalho: vínculos frágeis e intensificação do trabalho representados pela 'uberização'", que objetiva investigar os efeitos das mudanças observadas nas relações de trabalho derivadas da flexibilização e das formas intermitentes de trabalho. A aproximação com essa linha de pesquisa, refletiu na compreensão da relevância do estudo sobre o tema e interesse no aprofundamento nas possibilidades de análise.

A partir das discussões e construções propostas ao longo dos momentos de estudo, emergiu-se o problema de pesquisa como interesse particular em analisar um contexto específico, na qual refere-se a sujeito imerso em uma forma de trabalho para além das esferas profissionais e formas de trabalho cristalizadas, normalmente encontradas na literatura. Além disso, a aproximação com o campo estabelecido também exprime a vivência da autora no contexto de estudo - pousada estudantil - e com o sujeito estudado, onde o contato com essa forma de trabalho incita a compreender, no cenário de estudos da administração, outros espaços que não os comuns na compreensão do homem com o trabalho.

A RELAÇÃO DO SUJEITO COM O TRABALHO COMO DIMENSÃO CONSTITUTIVA DO SUJEITO

O conceito do sujeito evoca duas acepções antagônicas onde a língua exprime a complexidade do conceito, forjado em um longo processo histórico. Sujeito pode ser compreendido como aquele que faz, que pratica ações e também que é titular de direitos. Entretanto, o termo exprime também uma ideia praticamente oposta, de quem está obrigado, depende da vontade de outro, e ainda quem é escravo e quem está submetido. Tem-se, pois, duas significações evocando alternativamente a ideia de atividade e autonomia e a de submissão, escravidão e dependência (Plastino, 2005).

Historicamente, ao longo de um vasto movimento caracterizado pelo racionalismo

e o individualismo, o termo sujeito passa a designar o homem, imbuído da tarefa de dominar a natureza por meio de sua razão e de seu trabalho. Há, entretanto, uma ambiguidade nessa relação entre o homem e a natureza [...]. De um lado, como sujeito racional, ele é pensado como podendo ascender ao domínio total das leis que regem o real, tornando-se senhor deles e capaz de utilizar seu conhecimento para dominar a natureza. Do outro lado, sendo a realidade totalmente determinada, o homem é pensado como senhor de sua razão e de suas ações e através delas, dominador do mundo, e ao mesmo tempo, como dependente das determinações rigorosas que estruturam o real (Plastino, 2004, p. 17).

Admitindo essa complexidade, o ser humano é um sujeito social que existe e se constitui em uma relação intersubjetiva na qual o trabalho é elemento indissociável. No contexto das relações do trabalho, esse constrói, modifica e transforma sua identidade, em uma dinâmica que envolve aspectos de sua trajetória de vida e interação com os grupos sociais a que pertence. É com relação ao outro que ele se constrói, existe e pode ser reconhecido, sendo, portanto, essenciais as relações entre o coletivo dos trabalhadores (Szelwar; Uchida; Lancman, 2011).

Dejours (2004a) afirma que a atividade profissional não é só um modo de ganhar a vida, mas também uma inserção social em que os aspectos psíquicos e físicos estão fortemente implicados. Ao status social, ao exercício de tal atividade, associam-se uma roupa específica, um vocabulário particular e um lugar. Tais elementos também fazem parte importante do dia, da rotina e da vida do indivíduo. Essas diferentes relações do sujeito com o seu trabalho permeiam o seu desenvolvimento. O trabalho implica, do ponto de vista humano, o fato de trabalhar: gestos, saber-fazer, engajamento do corpo, mobilização da inteligência, capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações; é o poder de sentir, de pensar e de inventar (Dejours, 2004b).

Assim, o trabalho não é somente um modo material de subsistência, mas também um modo de existir subjetivamente. É o laço social fundamental, pois é modalidade indispensável de aprendizagem da vida em sociedade (Nardi, 2006). A especificidade de cada época determina a configuração social e sua estruturação, na qual se baseiam as manifestações individuais de cada sujeito. Ao trabalhar, o sujeito não só muda e cria a realidade fora dele, mas também constitui a si próprio. Por isso, a forma pela qual o trabalho se realiza em cada momento da história interfere diretamente na constituição de sujeitos desta época. Assim, a mudança do caráter do trabalho durante os diversos momentos da história é acompanhada pela mudança do campo da subjetividade (Santana, 2020).

Conforme Nardi, Tittoni e Bernardes (2011), pensar a subjetividade relacionada ao trabalho implica pensar os modos como as experiências do trabalho contribuem para formar modos de agir, pensar, sentir e trabalhar. Para os autores, o trabalho é considerado um espaço no qual se interseccionam dimensões da cultura, em que diferentes variantes sociais, como classe, gênero, raça e idade atravessam sua prática. O trabalho como vivência subjetiva admite múltiplas interações entre diferentes sujeitos em diferentes condições, evocando o entrelaçamento de diferentes elementos e modos de produzir e trabalhar.

O trabalhador, conforme Heller (2004), pertence a um corpo, o qual está apoderado pela direção produtiva materializada nas relações de trabalho. Segundo o autor, esse trabalhador dotado de subjetividade "é sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico" (Heller, 2004, p. 20), pois, ao mesmo tempo que é sujeito do mundo, é sujeito no trabalho, na sua forma de pensar e de agir. Por mais que seja "o sujeito no trabalho", ele não se desprende totalmente do seu meio social.

O trabalho no capitalismo contemporâneo, assume configurações como flexibilidade, temporalidade, precariedade, informalidade, produzindo alterações que se expressam no modo de ser dos trabalhadores (Coutinho; Krawulski; Soares, 2007). No contexto da pós-modernidade, o trabalho contemporâneo mantém-se como referência importante pela posição que a sociedade lhe destina no ordenamento moral e social, produzindo subjetividades, modos de trabalhar e de organizar a vida. A flexibilização é uma de suas principais características, e a precarização um de seus efeitos mais marcantes. Decorrente, principalmente, dos efeitos da globalização e das novas tecnologias da comunicação e da informação, a flexibilização do trabalho envolve uma série de estratégias implementadas a partir da reestruturação produtiva que visam alterar regulamentações do mercado de trabalho e de relações de trabalho (Andreazza, 2008).

Sob esse prisma, interessa compreender aspectos que venham a fundamentar as relações entre modos de trabalhar e de subjetivação, uma vez que se pressupõe modos de trabalhar como dispositivos de construção da maneira de ser e de viver. O trabalho é assumido então, não "como objeto da razão instrumental aplicada, mas como objeto de análise da situação do homem no fazer-se através do tempo" (Dal Rosso, 1996, p. 64). Assim, a subjetividade reflete uma relação constitutiva em que o trabalhador não é meramente passivo, adaptativo ou 'engrenagem' de uma maquinaria perfeitamente concebida para que seja um encaixe previsível, mas resulta da relação sujeito-trabalho a construção de vivências, experiências, aprendizagem e modos de existência que refletem as condições de realização do trabalho e de produção do próprio sujeito.

ORGANIZAÇÕES DE HOSPEDAGEM E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS DE HOSPEDAGEM ESTUDANTIL

Para além da compreensão acerca do conceito de trabalho e da relação que este possui como dimensão constitutiva do sujeito, também se torna necessário analisar concepções sobre a forma de organização que é explorada no estudo, sendo organizações de hospedagem, especialmente organizações de hospedagem estudantil e os elementos que compreendem a gestão deste tipo de organização.

De modo geral, acerca das organizações de hospedagem no Brasil, conforme a Lei Nº 11.771, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008,

Consideram-se meios de hospedagem os empreendimentos ou estabelecimentos, independentemente de sua forma de constituição, destinados a prestar serviços

de alojamento temporário, bem como outros serviços necessários aos usuários, denominados de serviços de hospedagem, mediante adoção de instrumento contratual, tácito ou expresso, e cobrança de diária (Brasil, 2008).

Por se caracterizar como uma indústria de bens e serviços, a principal finalidade de organizações desse setor é disponibilizar hospedagem, alimentação, segurança e/ou fatores relacionados à atividade do bem receber – a hospitalidade (Lopes, 2015).

Conforme Camargo (2015), existem alguns desafios no entendimento do significado teórico da hospitalidade, com relação a sua abrangência e o que se pode chamar de dupla dimensão – a do fato social e a do valor. Desse modo, o autor apresenta uma noção de hospitalidade entendida como uma relação humana em que acontece uma troca entre alguém que recebe (anfitrião) e alguém que é recebido (hóspede), cujo desenrolar pode redundar em apaziguamentos, sentimentos que vão desde a amizade, amor, calor humano (expressão de virtude) até algum nível de conflito, de agressividade, e de hostilidade.

Objetivamente, a gestão da hospitalidade compreende a supervisão de vários departamentos, que podem envolver desde recepção a manutenção de serviços aos hóspedes. Especificamente, com relação a estabelecimentos de hospedagem estudantil, sua origem é tão remota quanto a das primeiras universidades. As múltiplas formas pelas quais estes espaços de habitação coletiva foram concebidos e se organizam, em sua maioria informalmente, tornam difíceis uma leitura mais clara e precisa sobre este fenômeno (Hinterholz, 2017). Conceitualmente, existem três tipos básicos de moradia estudantil: residência estudantil, república estudantil e casa autônoma de estudantes.

As residências estudantis compreendem as moradias de propriedade das instituições de ensino e/ou das instituições de ensino públicas. As repúblicas estudantis são estabelecimentos locados coletivamente para fins de moradia estudantil administradas diretamente pelos estudantes. Por sua vez, as casas autônomas de estudantes são moradias administradas de forma autônoma, de propriedade privada, e sem vínculo com a administração de instituição de ensino, mas normalmente localizadas próximas a essas, construídas com o objetivo de hospedar estudantes, podendo ser encontradas informalmente pelas denominações de pousadas, pensão, e/ou pensionatos estudantis.

Assim, diferente da residência estudantil e da república, as casas autônomas (pousadas, pensão e/ou pensionatos) são administradas por um proprietário, que pode morar ou não no local. A literatura dispõe de uma escassa discussão acerca deste tipo de estabelecimento, limitando-se a estudos que se baseiam nas residências estudantis presentes no âmbito das universidades e de responsabilidade institucional, sendo mesmo essas pouco numerosas de acordo com as revisões de literatura desenvolvidas por Garrido e Mercuri (2013), Cerqueira (2018) e Maurell e Machado (2019).

Nesse sentido, encontra-se uma lacuna acerca das casas autônomas de estudantes, e de análises que abordam diferentes elementos, como aspectos culturais destes espaços enquanto lugar de formação e de troca de saberes, e suas formas de organização e de gestão.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se, com relação à abordagem como um estudo qualitativo (Gil, 2022), quanto ao ponto de vista dos seus objetivos como um estudo exploratório (Vergara, 2016), e quanto aos procedimentos técnicos como um estudo etnográfico.

De acordo com Cavedon (2008), o método etnográfico consiste no levantamento de todos os dados possíveis sobre determinada comunidade, grupo ou elemento de análise específico, com a finalidade de compreender seu estilo de vida ou sua cultura. Esse método constitui uma estratégia de campo abrangente na medida em que o pesquisador pode combinar simultaneamente múltiplas e sobrepostas estratégias de coleta de dados a serem totalmente engajadas em experimentar (sentir ou vivenciar) o arranjo contextual (a participação), enquanto, ao mesmo tempo, observa o que está acontecendo (Patton, 2015).

Nesse sentido, justifica-se a escolha do método etnográfico tendo em vista que no contexto deste estudo há uma relação direta da pesquisadora com o campo investigado pela moradia em uma das pousadas gerenciadas pelo sujeito investigado 'Seu Toni', ao longo de aproximadamente 4 anos.

De acordo com Vieira e Pereira (2005), as principais técnicas de coleta de dados utilizados no método etnográfico, são a observação participante e as entrevistas em profundidade. Deste modo, optou-se nesse estudo pela observação participante e a realização de uma entrevista semiestruturada.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista a partir de um roteiro semiestruturado. A coleta de dados a partir da observação participante foi composta pelo registro em diário de campo de elementos próprios do ambiente estudado, e como dá-se a relação do sujeito analisado com esse espaço, servindo de subsídio à análise de sua trajetória, apoiado na entrevista como elemento central, na qual emergem as categorias de análise.

A entrevista semiestruturada foi realizada conforme disponibilidade de tempo/espaço do entrevistado, realizada no âmbito da pousada 1, no ano de 2021, tendo sido gravada mediante sua autorização para posterior transcrição literal das narrativas do sujeito. O roteiro semiestruturado utilizado na entrevista é descrito no Quadro 1. As questões conferem um caráter geral, com o objetivo de garantir o livre curso da fala do entrevistado conforme este considerasse as informações relevantes acerca de sua trajetória de vida e relação com o trabalho.

Quadro 1 - Roteiro semiestruturado de entrevista

Roteiro semiestruturado
1- Você poderia relatar sua origem, onde cresceu e como teve contato inicial com o trabalho como parte da sua rotina de vida?
2- Quando a escolha de uma profissão passou a fazer parte de suas preocupações? Poderia relatar os espaços em que já trabalhou ao longo da sua trajetória?
3- Qual(is) lembrança (s) e significado (s) teve/tiveram para você esta(s) experiência (s) de trabalho?

Roteiro semiestruturado
4- Qual o impacto do trabalho hoje na sua vida em termos de tempo e dedicação exigida?
5- O que tornaria a sua experiência de trabalho melhor ou mais significativa?

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise de dados foi realizada a partir da análise discursiva de enunciados, na qual visa-se apreender não só como uma mensagem é transmitida, mas também explorar seu sentido, o que implica considerar tanto o emissor quanto o destinatário da mensagem, bem como compreender o contexto na qual o discurso está inserido (Vergara, 2016).

Assim, o que se buscou foi mais além do discurso. Concentrou-se também na força rica e expressiva do contexto em que o material empírico foi coletado; não no sentido reducionista da ação do pesquisador como um arqueologista descobrindo dados encobertos por pessoas e fatos, mas no sentido de que a vida real, imperativa ela própria, é o assunto do qual a visão de mundo de cada um é feita, e no discurso isso se manifesta (Albendes-Moreira, 2002). Nesse sentido, “[...] a miragem de todo modo de ver decorre do fato de um modo de ver só ganhar sentido por um modo de dizer [...] a imagem toma o sentido de sua enunciação.” (Lavie, 2001, p. 8). Desse modo, ao longo do estudo, foram considerados a forma como as palavras e expressões foram apresentadas pelo sujeito, e como constituem significados e interpretações considerando o contexto analisado. Durante o processo de apresentação dos trechos transcritos são destacados fragmentos em negrito em meio a construção discursiva do sujeito-empresendedor entrevistado como forma de ressaltar os elementos específicos que compõem a análise durante sua construção.

Analisar o discurso implicou considerar tanto o emissor quanto o destinatário da mensagem, bem como compreender o contexto na qual o discurso está inserido (Vergara, 2016). Compreende-se, nesse sentido, o sujeito analisado como dono da pousada, e a pesquisadora moradora do local há quase 4 anos. Assim, sobrepõem-se os espaços de moradia e estudo, assim como a relação entre pesquisador/pesquisado se associam aos papéis de anfitrião/inquilino.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

“ANTES EU ERA PEÃO”: TRAJETÓRIA DE VIDA E CONSTRUÇÃO DA EXPERIÊNCIA INICIAL DE TRABALHO

O sujeito analisado, aqui referido com o pseudônimo de “Seu Toni”, tinha 64 anos quando entrevistado (ano de 2021), sendo que se aposentou aos 54 anos como motorista contribuinte individual (autônomo) no exercício de 15 anos da profissão, somados ao período de trabalho como agricultor, atividade na qual iniciou sua trajetória profissional. Sua ocupação no período da pesquisa compreendia a propriedade e gestão de dois imóveis destinados

à hospedagem estudantil, próximos a duas instituições federais de ensino no interior do município de Frederico Westphalen, no noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

Conforme a categorização dos três tipos de organizações de hospedagem voltadas ao público estudantil já descritos - casa do estudante, república estudantil e casa autônoma -, os dois estabelecimentos gerenciados pelo sujeito enquadram-se na terceira categoria, de casa autônoma, sendo os imóveis de sua propriedade particular destinadas para a locação de estudantes. Na descrição do sujeito ao longo da entrevista, as terminologias utilizadas foram "pousada" e "pensão" para referir-se aos imóveis.

Dentre as duas estruturas, a pousada 1 foi construída especificamente com o propósito de locação estudantil, no ano de 2011, e a pousada 2 compreende a antiga casa do empreendedor, que a reformou para destinação à locação, no ano de 2019. Atualmente, seu Toni reside próximo a esses dois imóveis e divide a administração das atividades com sua esposa.

Com relação à entrevista, o primeiro questionamento versou sobre o relato da origem, onde cresceu e como teve contato inicial com o trabalho como parte da rotina de vida. A compreensão da origem representa um importante aspecto de sua trajetória, onde são apresentadas as primeiras influências nas construções de valores e o início da relação com o trabalho.

No caso eu me criei aqui mesmo, [...] praticamente eu vivi a vida inteira aqui [em Frederico Westphalen-RS]. Quando eu comecei a tomar conta, assumir o serviço eu acho que tinha uns 16/17 anos, que foi quando começou, os mais velhos [irmãos] casaram e daí nós tivemos que tomar conta, tomar a frente, né? (Relato Toni, destaque da autora).

Destaca-se, em um primeiro momento, uma influência do contexto familiar, pelo segmento das atividades exercidas no âmbito da família como 'escolha' para iniciar a relação com o trabalho.

Como ressalta Krom (2000), as influências que atravessam as gerações familiares atuam de forma significativa na vida dos sujeitos, onde mesmo antes de vir ao mundo, muitas expectativas dos familiares em relação a estes já estão formadas.

É no ambiente familiar que a criança vai se formando a partir das ideologias, valores e conceitos que vão sendo transmitidos de geração para geração, inclusive as concepções de trabalho, estudo e profissão (Filomeno, 1997; Soares, 2002). Ao incentivar certas atitudes e reprimir outras, a família pode interferir no processo de apreensão da realidade de seus filhos e assim, em parte, condicionar ou determinar a formação de seus interesses profissionais. A rede de relações com pais, avós, tios e primos que se forma em cada família, está presente nas diferentes escolhas que são feitas na vida (Soares, 2002).

Oliveira e Dias (2013) corroboram com essa percepção, ao afirmarem que nem sempre é possível compreender como a influência dos pais no desenvolvimento de carreira dos seus filhos acontece. Conforme os autores, tal influência se inicia na infância, em três níveis: diálogo, apoio emocional e material, e influência pelo exemplo.

No relato do sujeito, essa relação parece clara desde o início de sua trajetória como um movimento natural, de assumir as atividades da família, sendo um aspecto tradicional, a partir do apoio emocional e material e pela influência dos seus familiares. Com relação ao tipo de atividade, baseado na agricultura familiar, destaca

*Era na agricultura, desde lavar a terra, plantar, fazer tudo, era pesado... até os 24 anos, aí eu casei e vim morar aqui em baixo onde eu nasci que era do finado pai, ele tinha essa terra aqui e comprou lá em cima [em uma comunidade próxima] e depois nós dividimos para mim e o meu irmão, meu irmão vendeu a parte dele e eu fiquei com a minha aqui... **Daí comecei a plantar, no começo era milho e soja e daí plantava as miudezas pra comer: arroz, feijão, tudo o que era de comer, e depois comecei a plantar fumo [...]. Daí comecei a plantar fumo e comecei a puxar leite [Motorista/freteiro] eu fazia os dois serviços numa vez só, ao mesmo tempo eu puxava leite e vinha embora e plantava fumo** (Relato Toni, destaque da autora).*

Esse vínculo, representado pela herança de um lote de terra, teve segmento na continuidade das atividades realizadas e da forma de organização do trabalho como aprendido no âmbito da família na atividade agrícola.

Apresenta-se aqui a noção de reprodução social na agricultura familiar dimensionando a sucessão enquanto um processo inserido na reprodução social, conforme discutido por Spanevello (2008). De acordo com a autora, a ideia construída em torno da noção de reprodução social tem como “pano de fundo” a perspectiva da continuidade dos indivíduos e/ou grupos sociais. A noção de reprodução social envolve, por um lado, as dimensões da produção de bens materiais e, por outro, a organização social dessa produção através do trabalho (Spanevello, 2008).

A reprodução social na agricultura familiar depende da sucessão por um dos herdeiros da família, que, desde a infância são socializados no trabalho, compartilhando de um conjunto específico de saberes e práticas transmitidos de geração a geração (Coradini, 2015).

A segunda forma de trabalho assumida, como motorista, surge como necessidade de complemento de renda. Esse aspecto sugere uma relação com o trabalho pela necessidade de manutenção das condições de vida da família, tendo ainda, se iniciado por intermédio de familiares, conforme explica

*No caso foram os meus cunhados, eram eles que tinham os caminhões. Eles precisavam de peão, aí eles me fizeram uma proposta, **‘tu quer vir trabalhar com nós? tu ganha um salário e tu pode continuar trabalhando na lavoura...’** eu tinha pouca terra mesmo pra plantar porque eu plantava milho quando eu plantava a nossa terra e plantava terra por fora, eu no caso arrendar direto eu não arrendava, mas eu plantava soja e feijão no meio do milho dos outros, plantei uns quantos anos soja e feijão preto no meio do milho, eles plantavam o milho, e eu plantava.. porque esses anos atrás se plantava soja e feijão no meio do milho, aí eu plantava junto... daí eles disseram **‘vem trabalhar com nós’** e eu fui, comecei a trabalhar a cada dois dias (Relato Toni, destaque da autora).*

Assim, o modo como o sujeito destaca sua relação com o campo explicita que o trabalho fora duro, exigia esforço para além da propriedade e, nesse sentido, a necessidade de obtenção

de renda justifica a opção por 'ser peão' como busca por melhor condição material de vida, o que demandou reorganização pessoal e das demais atividades realizadas na lavoura.

Ao enunciar 'ser peão' a construção discursiva desse sujeito ressalta um vínculo de dependência ou de responsabilidade sob a autoridade de um terceiro, mesmo que da própria família. Tal relação, como destaca Nardi (2006), reflete a separação do trabalho como resultado da ação humana da posse dos meios de produção. Nesse caso, 'ser peão' representa ser parte de um negócio no qual os cunhados empregam sua capacidade de trabalho para realizar o transporte de leite das propriedades rurais até empresas de beneficiamento de laticínios na região. Diferente da relação com a propriedade rural, há condições que especificam o modo como o trabalho deve ser feito, o horário de trabalho, a configuração de uma rotina que é independente da ação direta do sujeito-trabalhador que até então organizava o próprio trabalho no campo.

Portanto, 'ser peão' é ceder ao trabalho de acordo com condições que vinculam este sujeito como 'peça mais vulnerável' em um jogo em que há diferentes níveis de autoridade, mobilidade e posições estratégicas para tomada de decisão e para configuração de influência no resultado material pretendido. Com a intensificação da atividade a partir do aumento da carga horária, a dedicação passou a ser exclusiva para essa atividade.

*Eu saía de madrugada e chegava em casa lá pelas 10:30/11:00 horas, aí naquele dia de manhã eu não fazia nada. Daí eu trabalhava um dia e meio na lavoura, aí depois aumentou o serviço pra eles e eu comecei a trabalhar todo dia. Daí uns dias eu vinha e ainda chegava cedo, aí eu trabalhava igual na lavoura, eu puxava leite de madrugada e vinha embora e ia pra lavoura. [...] eu segui trabalhando, daí quando os dois cunhados meus casaram eles me entregaram o caminhão pra mim, aí eu parei de plantar na lavoura e comecei só a puxar leite. Antes, no caso, eu puxava leite e plantava fumo, depois uma época nós deixamos de plantar fumo e colocamos umas vacas de leite, ficava mais fácil, porque o fumo tirava muito tempo, daí eu puxava leite e cuidava as vacas, e ainda cuidava a lavoura. E aí quando eles casaram, primeiro o mais velho casou e ficou só o mais novo, eu fiquei trabalhando com eles e veio o caminhão tanque, daí diminuiu os peões e eles ficaram só com dois, ficou eu numa linha e outro primo deles em outra linha. Depois o mais novo casou também, pegou o caminhão e foi viajar na estrada, então eu assumi um caminhão deles, aí eu trabalhava de motorista todo dia [...] eu fazia uma linha em um dia, no outro dia eu fazia a outra. Eu saía de casa meia noite/uma hora da madrugada e chegava em casa onze horas da manhã, todos dias, **tinha dia que eu chegava meio dia passado, porque eu fazia duas viagens por linha, por dia [...] então abandonei a lavoura, não tinha mais condição** (Relato Toni, destaque da autora)... (Relato Toni, destaque da autora).*

É possível observar, de forma objetiva, uma relação com o trabalho que é permeada por elementos simbólicos da divisão do trabalho e da cisão entre o tempo e os recursos do trabalhador e a posse e organização do trabalho por proprietários de capital e de recursos que definem regras e condições de trabalho.

A permanência nesse espaço exigiu assim o abandono das atividades agrícolas, passando a se dedicar integralmente à função de peão, como motorista. Nesse período, essa forma

de trabalho que surgiu em sua trajetória como um meio de complemento de renda passa a ser a composição principal de sua subsistência e da família. O sujeito, nesse espaço, compreendia uma relação de sujeição ao trabalho, adaptação as condições de trabalho associadas a expectativa material a ele associada que exigia empenho e dedicação extremada a atividade de motorista.

Tendo trabalhado por anos sob essa condição, uma transformação desse vínculo ocorreu a partir de uma mudança parte dos donos do caminhão, com o deslocamento para outro estado, conforme relata

*Eu fiquei trabalhando anos de peão com eles, depois eu comprei o caminhão e a linha deles [...] eles fizeram a proposta, ou eu comprava a linha e o caminhão deles ou ia trabalhar com eles no Mato Grosso, que eles estão lá em Cuiabá, eles tem hotel tem um monte de coisa lá, daí ou eu ficava com a linha e o caminhão se não nós ia lá em cima com eles, e... a mulher também não quis sair daqui, daí eu comprei a linha e o caminhão e trabalhei mais uns 10 anos com o caminhão meu, **daí antes eu era peão, depois fiquei patrão...***
(Relato Toni, destaque da autora).

Nesse momento, surge uma nova identificação com o trabalho, como dono do caminhão, sendo que os conceitos de peão e patrão são destacados em sua fala como um divisor em sua trajetória. Essa transição, assim os demais elementos em sua trajetória de trabalho, aconteceram impulsionada, sobretudo, por estímulos externos, desde o contexto de origem, o incentivo da família em seguir com as atividades na agricultura, a oferta de trabalho de um cunhado que o levou a sua ocupação como peão, e por fim, a oportunidade de comprar o caminhão desse e tornar-se “patrão”, passando a ser dono do meio de produção.

A motivação interna do sujeito com relação a sua trajetória se mostrou mais perceptível com a tomada de decisão de não se deslocar do estado de sua origem. Assim, manifestou-se o desejo de não se desvincular da terra herdada de seu pai e de não se afastar de familiares, seus e de sua esposa, que viviam próximos nesse contexto de origem. Assim, mesmo que os principais estímulos em sua trajetória pareçam ter sido por impulsos externos, o sujeito mostra-se ativo sobre os desejos próprios a ele para sua trajetória de vida. A subjetividade, neste momento, revela outra interface, não mais apenas como submissão, mas como exercício de liberdade de escolha, articulação com a dimensão afetiva familiar e reconhecimento de outro lugar de realização do trabalho, agora como responsável pela sua gestão.

“DEPOIS FIQUEI PATRÃO”: TRANSIÇÃO PARA A IDENTIDADE DE EMPREENDEDOR E OS SENTIDOS DESSA EXPERIÊNCIA

A identificação como “patrão” sugere o reconhecimento sobre uma nova fase em sua trajetória, de autonomia, estabelecimento financeiro, e de novos desafios. O trabalho com patrão, nesse período, se inicia apoiada sob todo tempo de experiência exercido como peão no ramo, já tendo aprendido a forma de organização dessa atividade, e tendo adquirido, além do caminhão, toda a linha de produtores que este já atendia desde o período inicial

trabalhando como peão. A realização do transporte do produto agropecuário funcionava sob a relação direta do 'dono da linha' e pela confiança na intermediação entre os produtores e a indústria de beneficiamento desse produto.

Ademais, nesse mesmo momento, além da compra do caminhão do seu cunhado, também surge a ideia de buscar uma segunda fonte de renda. Novamente, o fator de complemento de renda se mostra como um imperativo para o entrelaçamento a outras formas de atividade profissional, assim como o estímulo de familiares se mostra mais uma vez como sugestão em sua trajetória. Desta vez, na construção de uma pousada para estudantes

[...] daí ele mesmo me deu a ideia de fazer uma pousada, esse meu cunhado. Ele tinha me emprestado um dinheiro para fazer uma cirurgia da coluna naquela vez, e eu não queria, e disse pra ele, e ele 'não, não, eu vou te mandar o dinheiro' aí ele veio passear uma vez e mandou, naquela época foi 15 mil, pra mim fazer a cirurgia, isso vai fazer já uns 20 e tantos anos atrás, e eu disse 'eu não vou fazer a cirurgia', aí ele me mandou o dinheiro mesmo assim, eu disse 'vou te mandar de volta o dinheiro', então ele falou 'não, pega o dinheiro que eu te mandei e começa uma pousada pra botar alunos, que daí tu vai fazer o teu pé de meia... daí eu resolvi tomar uma iniciativa, aí eu fiz primeiro o andar de cima e deixei a parte de baixo livre, não tinha nada só as colunas ao redor e as vigas... (Relato Toni, destaque da autora).

Iniciar a construção da pousada 1, representado pela constituição de "um pé de meia", representa uma forma de manter-se em ocupação, ao mesmo tempo gerar renda e estabelecer certa reserva/segurança financeira. Cabe destaque que, a partir da observação e interação com o campo, há o reconhecimento de uma condição favorável a essa possibilidade de empreender, tendo em vista o fluxo constante de estudantes vinculados a uma universidade federal e um instituto federal de educação nas imediações da propriedade de Toni. A construção realizada em etapas destaca um posicionamento de cautela na transição de um espaço de trabalho que possuía experiência, para outra atividade com novos desafios e demandas

E daí eu fiz a parte de cima no primeiro ano, deu certo, daí começou, eu vi que ia dar certo com a piazzada, daí fiz a parte de baixo e quando eu terminei, aprontei e aluguei tudo... daí eu tava querendo vender o caminhão, porque daí eu tinha um pé de meia pra mim viver, porque se não só no caminhão eu tinha que continuar até hoje trabalhando, que nem está trabalhado os peão (Relato Toni, destaque da autora).

O desprendimento com a atividade de 'freteiro' (ou transportador de carga) parece representar uma maneira de atenuar a rotina diária intensa de trabalho. A partir da afirmação que teve com a locação da pousada 1, tendo dado certo, e do estabelecimento financeiro que está lhe propiciou, este construiu uma casa nova, transformando a sua antiga casa também em um estabelecimento para locação de estudantes.

Em relação às principais lembranças e significados, como parte de sua relação com o trabalho, destaca uma relação de proximidade e construção de vínculos afetivos no meio de trabalho carregados para a dimensão pessoal

No caso, primeiro foi quando eu puxava leite, porque foi feito bastante amizades, que nem ali, era uma turma de freiteiros, e queira ou não queira o cara faz uma amizade que até hoje o cara se encontra... e pra variar eu não me desliguei em tudo daquela puxa de leite até hoje (risos) eu ainda sou presidente da cooperativa (risos) [...] porque o contador lá, eles não confiam em ninguém dos outros freiteiros, e eu como eles já me conhecem, sabem como que é, daí ainda estou lá, pretendo agora no próximo ano que tiver eleição sair fora, porque pra mim é um incômodo, eu tenho que estar lá assinando cheque, eu tenho que estar correndo [...] então, na verdade eu me desliguei do trabalho em si, mas o cara fica com todos os amigos.... (Relato Toni, destaque da autora).

O trabalho, nesse sentido, se apresenta como uma fonte de construção de vínculos, reconhecimento sociais e de amizades. A manifestação, nessa fala, destaca uma satisfação pela valorização social dessa identidade como trabalhador honesto, ao mesmo tempo que sugere uma busca por desassociar-se dessa função, pela demanda de tempo e responsabilidade que esta lhe requer. Vínculos construídos com os produtores, com outros transportadores no mesmo setor, como representante da categoria na cooperativa reafirmam esse reconhecimento e identificação construída pelas relações múltiplas derivadas destas experiências. Essa ligação ainda se destaca, mesmo com os desafios vivenciados sobre os rendimentos financeiros com atividade, o que argumenta como reforço para a desvinculação com essa forma de trabalho.

[...] que nem ali, no puxar leite eu fiz muita amizade, e no caso foi uma época que eu fazia dinheiro, eu comprei bastante coisas com o frete do leite, eu faturava mais que bem naquela época, eu tinha dois caminhões e era fora do sério, só que durou pouco, durou 8 ou 9 meses aquele frete bom, depois desabou meu frete, entrou duas firmas ali e começou a tirar os produtores, e daí virou em nada... (Relato Toni, destaque da autora).

O ponto da narrativa, destacando um ponto limite da trajetória de motorista/'freiteiro' de forma direta, marca a transição para um trabalho com menor desgaste, menos intenso, mas, ainda assim, marcado pela proximidade e afetividade oriundas das relações sociais construídas pelo trabalho. Outro fator demarcado foi a construção de vínculos com os alunos que se hospedam nas pousadas.

E no caso que nem agora, outra coisa que também me marcou bastante foi aqui na pousada com a piazzada, com vocês, queira ou não queira a gente faz bastante amizade [...] (Relato Toni, destaque da autora).

A relação construída com o trabalho perpassa as delimitações do contrato de locação assinado entre as partes, criando uma percepção de responsabilidade com os estudantes moradores, na qual, emerge uma terceira categoria, para além de peão e patrão, na qual se identifica com a identidade de "Pai Toni", esta, que usa com frequência no cotidiano para referir-se a si mesmo com os estudantes.

O trabalho que desempenha nas pousadas compreende a manutenção das instalações, do pátio, o cultivo da horta e recolhimento do lixo orgânico, realizando as atividades diariamente. Além disso, o encontro com os estudantes ao longo do desenvolvimento dessas atividades acompanha diálogos frequentes.

A visualização do termo 'pai' faz menção ao suporte dado por este aos moradores, para atividades cotidianas dos estudantes, como acompanhar a consultas médicas, compras, pegar ônibus na rodoviária e até mesmo no auxílio em atividades práticas da universidade. Esse diálogo que acompanha o tempo de serviço realizado nas instalações compreende uma relação de troca e atualizações com cada um dos estudantes, sobre o andamento do curso, e preocupações sobre saúde, família e alimentação. Essa relação de proximidade se estende posterior à moradia nas pensões, mantendo o vínculo com os estudantes e suas famílias mesmo quando esses se mudam.

e daí no caso com a piaçada que passou aqui eu tenho gente que eu considero até hoje como meus filhos, mesma coisa que nem vocês, eu, pra mim é mesma coisa que nem vocês fossem nossas filhas, eu estava falando até, como eu comentei, a primeira filha que nós tivemos foi uma menina e ela faleceu, nós perdemos ela, daí no caso depois tivemos os dois guris, mas primeiro foi uma menina, por isso a gente tem mais proximidade até com vocês meninas porque pra nós vocês são como se fossem nossas filhas [...] "Agora temos bastante filhas (Relato Toni, destaque da autora).

Esse vínculo com os alunos indica uma sobreposição entre trabalho e vida pessoal, na qual as fronteiras perpassam a relação contratual de aluguel. Em relação ao tempo dedicado ao trabalho, destaca novamente uma percepção de responsabilidade, e de dedicação integral com as demandas dos alunos, ao mesmo tempo que expressa uma identificação com as atividades realizadas

Que nem ali, pra mim é uma coisa que está bom igual, porque eu não posso ficar parado nem igual, então eu faço meu servicinho ao redor de casa e eu tenho compromisso com vocês, que queira ou não queria a gente assume um compromisso, não adianta, teu pai e tua mãe te deixaram aqui e não vão vir aqui toda hora... então eu estou aqui pra esse fim, já fico aqui, não assumo mais nada para não comprometer as coisas que tenho que fazer ... (Relato Toni, destaque da autora).

No tocante ao que tornaria a experiência de trabalho mais significativa, seu Toni destacou na sua experiência anterior como 'freteiro', a falta de valorização da atividade profissional e de espaço de diálogo com a organização, o que manifesta uma necessidade de percepção da importância das suas atividades no contexto em que realiza

Que nem ali no leite, no começo era um serviço que valia a pena, depois começou a ficar complicado, porque eles começaram a judiar, até hoje estão judiando com os freteiros, eles não valorizaram mais o freteiro, então não teve, que nem eu quando deu no jeito de sair fora eu saí. Teve uma temporada que foi uma maravilha trabalhar, e depois eles começaram a complicar, eles estavam praticamente controlando a nossa vida, a gente tem a obrigação e tudo, eles fizeram a gente fazer cada dois/três meses tinha que preencher uma planilha de todas as nossas despesas, do caminhão, pra que? (Relato Toni, destaque da autora).

Aqui a relação com o tempo dedicado ao trabalho fora da propriedade rural e as exigências do trabalho sob uma lógica burocrática e intensificada modifica a relação inicial construída com esta forma de trabalho. Diferente da relação inicial, em que o vínculo familiar e a

compatibilidade entre as atividades do campo e o trabalho como ‘freteiro’ eram possíveis vê-se um ‘sequestro’ da subjetividade em nome da produtividade articulada pelas empresas de comercialização de laticínios. O controle do tempo, das condições de trabalho, da forma como trabalho deve ser realizado e a própria gestão material dos recursos terceirizados passam a exigir, gradativamente são aperfeiçoados como mecanismo de submissão e de redução de custos operacionais que implicam a perda de rentabilidade e, de forma mais destacada, a precarização das condições de trabalho.

Aí eles sabiam quanto eu estava faturando porque era eles que me davam o dinheiro, e daí eu botava o quanto estava gastando eles sabiam quanto eu estava sobrando limpo, daí simplesmente eles sabiam o quanto podiam ‘comer’ mais do nosso frete. Eles foram sugando, sugando nosso frete [...] pra variar, uma vez eles recebiam de 15 em 15 dias o frete, o leite nem chegava na tua casa e tu já recebia o frete, tu recebia de 15 em 15 dias, aí eles começaram pagar só uma vez, cada 30 dias, isso ainda foi no meu tempo, quando eu sai eles jogaram para 45 dias, ‘comeram’ mais 15 dias do freteiros, aí foram pra 60 dias, e hoje eles puxam o leite e leva 90 dias pra receber o frete, daí tem os freteiros que não estão conseguindo dar o giro [...] Eles estão pegando dinheiro do banco, pagando juros pra pegar o dinheiro e pagar as contas. Ai que nem a firma, eles não querem nem saber, isso aí é multinacional eles não tão preocupados, eles simplesmente estão mandando ordem, não sabem como é que é a ponta, de onde vem o leite. Então ficou complicado pra fazer isso...

Nota-se no relato do Seu Toni que a lógica de autoconstrução de uma condição de trabalho que favoreça o ganho econômico é passível de análise crítica, uma vez que não se trata de um exercício simples assumir as mesmas práticas organizacionais realizadas pelas grandes empresas. A menção a termos como ‘isso aí é multinacional’ e ‘eles estão pegando dinheiro no banco, pagando juros [...]’ reflete um comportamento que contrasta o poder econômico de grandes empresas com capacidade de financiamento e manutenção financeira de longo prazo com prestadores de serviços que recebem de forma calculada em detalhes o tempo dedicado ao trabalho realizado, mas desconsidera a necessidade de manutenção das ferramentas (neste caso, o caminhão) que utilizam e o tempo decorrente entre as prestação de serviço e o pagamento.

O financiamento da atividade, como destacado, se torna tão custoso a ponto de se tornar um fator de endividamento que pode levar estes empreendedores a serem compatibilizados como trabalhadores precarizados (Antunes, 2009).

Às vezes eles tiravam do sério, resolviam baixar o frete para dar uma mão para os colonos e tiravam de nós freteiros para dar para o colono ‘a, porque o pequeno a gente não pode perder’ mas daí o freteiro que se lasque?! mas que nem assim, pelo menos antes a gente discutia, né, colocava os nossos problemas, depois daí trocou de firma, ainda nós conseguia negociar no início, vinham os representantes a gente negociava e debatia, e nós ameaçava de fazer greve e tudo, aí dava, só que simplesmente agora é tudo ditado, eles te mandam ‘ó vai ser assim, assim e assim, vai ser tanto por quilômetro, vai ser...’ porque agora também mudou, no caso que nem a firma que nós trabalhava acho que é poucas que estão nesse ritmo, eles estão pagando por quilômetro rodado agora, eles não estão pagando por volume, antes era por volume de leite que tu recolhia, e também, no começo era por quilômetro rodado e valia, tu tem o caminhão na garagem aqui eu saia daqui e ia lá em Caiçara começar a rota eu ganhava esse trecho de ida e volta, e

depois foi um tempo ali que eu estava levando para Chapada, ele contava da hora que tu tinha chegado na rota, e depois, não sei em que ponto da rota, daí acaba tua rota, tu fazia um monte de quilômetro de verdade, mas daí tu não está carregando o caminhão nas costas, tu tá gastando... e daí agora estão levando pra Três de Maio, mais longe ainda, por enquanto eles estão pagando o frete cheio, até quando eu não sei, diz que agora quem está puxando pra lá eles estão tirando um dinheiro bom, mas faz nem 30 dias que eles estão puxando pra lá, daqui a pouco eles já começam a morder a linha e acaba virando em nada de novo... (Relato Toni, destaque da autora).

O relato anterior reflete uma mudança que ressalta os traços indicados em trechos anteriores. É significativo para a trajetória de vida e trabalho de Seu Toni experimentar uma gradativa desconstrução de um espaço de trabalho que era complementar às atividades no campo.

De um momento em que se torna a principal atividade de trabalho, uma iniciativa empreendedora (ao menos em sua concepção de propriedade de meios de produção e planejamento individual do trabalho) e chega a um ponto em que o vínculo de trabalho que se configura frágil, exige elevado custo financeiro para ser realizado e representa um comprometimento que desfez a relação inicial com o trabalho.

Assim, um novo atravessamento na trajetória de Seu Toni, reconhece na propriedade em que vive uma forma de trabalho que se associa com a mudança do contexto social a sua volta: a instalação de um pensionado como iniciativa empreendedora estabelecida junto à propriedade rural de sua família.

Com a instalação de duas instituições de ensino públicas próximas de sua casa (Campus da Universidade Federal de Santa Maria, oriunda do Colégio Agrícola de Frederico Westphalen, instituição ali instalada desde a década de 1950; e Campus do Instituto Federal Farroupilha, instalado oficialmente a partir de 2016) cresceu a busca habitacões próximas em decorrência da distância com a cidade (em torno de 9 quilômetros). Estudantes de diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul e de outros estados do Brasil passam a procurar espaços para permanecerem próximos destas instituições, considerando a comodidade e o custo de viagens e deslocamentos diários.

Novamente aqui também se destaca a relação familiar que estimula Seu Toni a partir desta mudança no contexto do trabalho como 'freteiro' e também em função do cuidado com a saúde

E aqui na pensão, aqui o bom seria construir mais uma (risos) porque que nem ali, no começo o cara pega uma situação difícil, que nem eu falei no começo, eu fiz a parte de cima e não sabia o que eu ia fazer na parte de baixo, a minha ideia era fazer um mercado, que nem eu te comentei esses dias, só que daí eu não sabia se eu ia conseguir trabalhar com vocês, se eu tinha ter jeito pra lidar com vocês, e no caso, por enquanto pelo que eu pude perceber está indo bem, então no caso foi uma coisa que eu aprendi e eu gosto de fazer, uma coisa que eu gosto de fazer porque na verdade eu sempre trabalhei com povo, desde no leite.. é você quem tem que trabalhar de frente com o produtor, não é a firma não é ninguém é eu de cara com o produtor, e aqui a mesma coisa, aqui é eu que estou lidando com vocês, e eu acho que estou conseguindo... as vezes tem alguma coisa que o cara não fica contente, mas o cara tem que relevar, porque 'temos 5 dedos na mãos e nenhum é igual, né?' só que vale a pena, porque tem muita gente que deixa a gente com

saudade quando sai... Então com a piazzada aqui, com vocês aqui tem os probleminhas, mas tem as diversões, tu faz as amizades, eu achei que não fiz a coisa errada, não fiz a escolha errada... (Relato Toni, destaque da autora).

“Trabalhar com o povo” como uma das atribuições em sua atividade profissional destaca novamente a importância do contato e construção de vínculos como um dos elementos que se identifica e valoriza no contexto do trabalho. Ressalta-se o reconhecimento do espaço como uma dimensão de trabalho que vincula responsabilidade e afetividade, associando a responsabilidade individual com a possibilidade de ‘pegar uma situação’ sob seu modo de pensar a organização das atividades.

Ademais, as transformações no mundo do trabalho implicam nessa relação, como destacou em sua fala referente às mudanças na relação com a empresa enquanto ‘freiteiro’ e a precarização dessa forma de trabalho. Como elementos do cenário social, também destacou acerca do período de 2020/2021 com os impactos da pandemia de Covid-19, conforme menciona:

Na verdade o pessoal está pagando (pagando um valor relativo a parte do aluguel como reserva de vaga na moradia), mas tá ficando assim, tá complicado... ainda que agora entrou mais um piá lá em baixo na casa, daí veio uma menina aqui também, e dois guris pegaram a kitnet na pensão 2, aí aumentou mais uma beirada ali, aí estou conseguindo, vai sobrar um pouquinho, porque na verdade daqui 3 meses eu tenho mais uma prestação pesada do poço artesiano, porque eu fiz pousada e não parei de investir, porque não adianta, eu tenho que dar o conforto pra vocês e com segurança tudo... a turma que entrou no começo sofreu com a água, se eu não tivesse feito meu poço até hoje estava sofrendo com água, porque a água da rua está sempre com problemas, aí eu resolvi investir e fiz um poço artesiano, 34 mil pra fazer, daí eu tenho água pra vocês, pra mim, uma água boa, mas agora tem que pagar (Relato Toni, destaque da autora).

Voltando-se para a dimensão financeira, a partir da estabilização do lucro com as pousadas como sua fonte de renda principal, como já mencionado, Seu Toni se desvincula da atividade de ‘freiteiro’ com o caminhão. Nesse momento, se reproduz a ideia de dar segmento à atividade no âmbito familiar, com o desejo de passar as atividades para os filhos.

Seus dois filhos homens apresentaram resistência inicialmente, pela percepção de ser uma atividade “muito sofrida”, no entanto, um deles assumiu o caminhão dando segmento a mesma atividade do pai.

Daí eu tinha resolvido vender o caminhão, porque nenhum dos meus filhos queria trabalhar puxar leite, naquela época a primeira vez que eu falei em vender, o mais velho disse ‘a eu não vou puxar leite’ ele tinha trabalhado uma época comigo... e ele disse que não ia trabalhar puxando leite. Daí eu disse, vou botar a venda... aí ele se interessou... e começou a trabalhar comigo antes de eu parar, e depois quando eu fiz a parte de cima e vi que ia dar certo, eu disse pra eles, ou vocês vão assumir senão eu vendo. Não, nós ficamos com o caminhão e a linha do pai’ daí eles assumiram os dois, e daí o dia que eu me aposentei eu fiz no domingo a última viagem com o piá, ensinando a linha pra ele, na segunda feira eu recebi a ligação que eu tinha me aposentado, daí eu parei e só trabalhei na pousada. Daí a tendência foi ficar nisso aqui, né, não é dinheiro grande, porque tem despesa, tem correria, tem dor de cabeça, mas pelo menos eu tenho um pé de

meia (Relato Toni, destaque da autora).

A passagem das atividades para os filhos sugere uma continuidade no trabalho construído ao longo de sua trajetória, sob a mesma lógica de influência na qual teve no início de sua relação com o trabalho. Se mantém os vínculos familiares, a proximidade com a propriedade rural de origem da família e os vínculos afetivos, tanto em relação à própria família quanto à justificativa para a realização das atividades que passa a desenvolver como 'patrão' da pensão.

Compreende-se a trajetória aqui analisada como uma construção inacabada, aberta e mutável, em constante movimento. O sujeito, que atua no ambiente e se constitui nele é capaz de construir, desconstruir e reconstruir sua identidade constantemente. Além disso, o trabalho enquanto um atravessamento em sua trajetória mostrou-se diferente da simplificação trazida pelo viés econômico como única resposta ao sentido do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse estudo, objetivou-se analisar como a relação do sujeito "seu Toni" com o trabalho configura modos de ser/existência observando sua trajetória de vida. Como intentos específicos, buscou-se caracterizar o trabalho como atravessamento na trajetória constitutiva do sujeito, e compreender como a trajetória de vida do sujeito reflete uma (re) construção a partir de suas vivências.

Aspectos relativos ao modo particular como o sujeito relaciona-se com o trabalho emergiram com frequência em sua narrativa, expressando a centralidade do trabalho na trajetória de vida e constituição de si.

Acerca da trajetória inicial e a constituição da identidade de peão, Seu Toni teve a influência da família e de seu contexto de origem desde o início de sua relação com o trabalho, quando ainda jovem. Todos os espaços de trabalho pelo qual este percorreu deram-se por intermédio de familiares, onde o trabalho assumiu aspecto de centralidade em sua vida.

Sobre a constituição do sujeito patrão, esta também foi impulsionada por uma ação externa, onde a oportunidade de comprar o caminhão se deu por uma mudança de seu antigo chefe. Empreender com as pousadas estudantis deu-se, inicialmente como uma forma de construir um "pé de meia", e posteriormente passaram ser sua principal fonte de renda e de dedicação, onde as atividades que realiza demonstram uma interposição entre a gestão e relação próxima com os alunos, sendo o trabalho uma forma de dar sentido a sua rotina, de construção de vínculos, e interação no contexto social. Nesse contexto, para além de peão e patrão, ele apresenta um terceiro conceito, o de "Pai Toni", termo utilizado pelo próprio, com referência a responsabilidade que este indica sobre os alunos hospedados nas pousadas, uma relação que vai além da relação contratual estabelecida pelo contrato de locação.

A pesquisa enfatizou os processos de construção de sentidos sobre o trabalho na trajetória de vida, na qual não podem ser experimentalmente medidos em termos de quantidade, intensidade ou frequência. Trata-se de uma construção particular, que é afetada por elementos do contexto e percepções particulares na qual elementos do ambiente assumem diferentes formas em sua trajetória, e contribuíram para a sua constituição.

Como limitações do estudo, menciona-se que a pesquisa etnográfica possui mais possibilidades de análise no contexto investigado, na qual não foram explorados em profundidade, tendo se baseado na entrevista semiestruturada como elemento central, e que poderiam ser expandidos para maior compreensão e caracterização do contexto em que o sujeito está inserido e sua cultura.

Ademais, espera-se que esta pesquisa possa incentivar outros estudos na área contemplando a temática. Nesse sentido, apresenta-se como sugestão para pesquisas futuras a investigação de outros sujeitos, atrelados a outras formas de trabalho em outros contextos, visando compreender o modo como o trabalho compreende um elemento de constituição do sujeito, e como cada um destes vivencia e cria sentidos sobre essa experiência ao longo da trajetória de vida.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ALBANDES-MOREIRA, L. A. *An exploratory study on the nature of the representations of organization, manager and management within a group of teachers of a business school*. 2002. Tese (Doutorado em Administração) – École des Hautes Études Commerciales (HEC), Montreal, 2002.

ANDREAZZA, J. Q. *O trabalho contemporâneo e os efeitos da flexibilização no trabalho do setor administrativo*. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BERTANI, Í. F.; BARRETTO, S. A. P. As transformações no mundo do trabalho e as consequências na subjetividade dos indivíduos. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 203–207, jan. 2004.

BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 set. 2008.

CAMARGO, L. O. L. Os interstícios da hospitalidade. *Revista Hospitalidade*, São Paulo, v. 12, n. especial, p. 42–69, maio 2015.

CAVEDON, N. R. *Antropologia para administradores*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

CERQUEIRA, M. V. S. *Moradias estudantis: a luta pela permanência na universidade*. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

CORADINI, L. Os jovens agricultores familiares e a reprodução geracional na agricultura familiar: estudo de caso dos jovens residentes no município de Faxinal do Soturno – Brasil. *Mundo Agrario*, La Plata, v. 16, n. 33, 2015.

COUTINHO, M. C.; KRAWULSKI, E.; SOARES, D. H. P. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. *Psicologia & Sociedade*, [s.l.], v. 19, número especial, p. 29–37, 2007.

DAL ROSSO, S. *Ajornada de trabalho na sociedade: o castigo de Prometeu*. São Paulo: LTr, 1996.

DEJOURS, C. Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (org.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz; Brasília, DF: Paralelo 15, 2004a.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, [s.l.], v. 14, n. 3, p. 27–34, set./dez. 2004b.

FILOMENO, K. *Mitos familiares e escolha profissional: uma visão sistêmica*. São Paulo: Vetor, 1997.

GARRIDO, E. M.; MERCURI, E. N. G. S. A moradia estudantil universitária como tema na produção científica nacional. *Psicologia Escolar e Educacional*, [s.l.], v. 17, n. 1, p. 87–95, 2013.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HINTERHOLZ, M. L. Tácitas e marginais: memórias das casas de estudante autônomas de Porto Alegre e as possibilidades para a história da educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, [s.l.], v. 21, n. 51, p. 435–448, 2017.

KROM, M. *Família e mitos, prevenção e terapia: resgatando histórias*. São Paulo: Summus, 2000.

LAVIE, J. *O amor é o crime perfeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LOPES, R. B. G. *Administração nos meios de hospedagem*. Montes Claros, MG: Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, 2015.

MAURELL, J. R. P.; MACHADO, C. C. A produção científica sobre moradia estudantil: um estudo dos artigos publicados no Portal de Periódicos da CAPES. *Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, [s.l.], v. 5, n. 4, edição especial, abr. 2019.

NARDI, H. C. *Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

NARDI, H. C.; TITTONI, J.; BERNARDES, J. S. Subjetividade e trabalho. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. (org.). *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011. p. 375–378.

NEVES, D. R. et al. Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. *Cadernos EBAPE.BR*, [s.l.], v. 16, n. 2, p. 318–330, 2018.

OLIVEIRA, C. T.; DIAS, A. C. G. Percepções parentais sobre sua participação no desenvolvimento profissional dos filhos universitários. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, [s.l.], v. 14, n. 1, p. 61–72, 2013.

PATTON, M. Q. *Qualitative research & evaluation methods: integrating theory and practice*. 4. ed. Saint Paul, MN: Sage Publications, 2015.

PLASTINO, C. A. A constituição do sujeito coletivo e a questão dos direitos humanos. In: SCSELRAD, G. (org.). *Avessos do prazer*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 17–33.

SANTANA, I. L. Subjetividade e trabalho ou como as mudanças do capitalismo têm afetado a constituição de sujeitos. *Primeiros Escritos*, São Paulo, n. 10, 2020.

SANTOS, L. S. S.; ALVARENGA, G. I.; ALVES, R. C. M. Histórias de vidas e trajetórias profissionais: estudo com profissionais de administração. In: *XXXI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS)*. Uruguai, 2017.

SILVA, N.; TOLFO, S. R. Trabalho significativo e felicidade humana: explorando aproximações. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, Florianópolis, v. 12, n. 3, p. 341–354, dez. 2012.

SOARES, D. H. P. *A escolha profissional: do jovem ao adulto*. São Paulo: Summus, 2002.

SPANNEVELLO, R. M. *A dinâmica sucessória na agricultura familiar*. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SZNELWAR, L. I.; UCHIDA, S.; LANCMAN, S. A subjetividade no trabalho em questão. *Tempo Social*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 11–30, jun. 2011.

TOLFO, S. R.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Psicologia & Sociedade*, [s.l.], v. 19, edição especial 1, p. 38–46, 2007.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

VIEIRA, M. M. F.; PEREIRA, B. N. Estudos etnográficos em administração. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (org.). *Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 223–237.

ZIMOVSKI, T.; VASCONCELOS, M. E. S. M.; CARRIERI, A. P. O trabalho da transformação: a criação do sujeito entre a dialética e a resistência política. *Caderno de Administração*, [s.l.], v. 30, n. 1, p. 13–30, 21 jul. 2022.

QUARTO DE DESPEJO DO CAPITAL: A GENTRIFICAÇÃO, O RACISMO E A FAVELIZAÇÃO DA VIDA

Anajuli Guimaraes da Silva

*E covarde são quem tem tudo de bom,
mas fornece o mal para favela morrer Criolo*

Segundo a historiadora sergipana Beatriz Nascimento no documentário *Orí*, o território é o espaço da memória e da resistência, onde se reconstrói a história que a violência tentou apagar. Pensar o território, portanto, é pensar a identidade; é compreender suas raízes, seus sentidos afetivos e históricos, especialmente para a população negra brasileira, cujas relações com a terra foram forjadas sob o peso da exclusão, da diáspora e da ancestralidade. O território não é apenas um espaço físico delimitado, mas um lugar de pertencimento, de construção coletiva da vida e da luta por dignidade.



Contudo, o que fazer quando esse território lhe é tirado de forma forçosa? O que resta da identidade quando o espaço que a abriga é destruído, negado ou transformado sem consentimento? Essa realidade marca a trajetória de milhões de brasileiros que, ao longo de história, foram obrigados a deixar os lugares que chamavam de lar, por processos de gentrificação.



A gentrificação pode ser compreendida como um processo de reestruturação urbana que, sob o pretexto da revitalização ou do progresso, promove a expulsão de populações de baixa renda, em sua maioria negras, dos centros urbanos. Embora o termo seja contemporâneo, a prática é antiga. Marx (1967), já no século XIX, descrevia como o “progresso urbano” promovia a erradicação dos pobres para áreas ainda mais degradadas: “A melhoria das cidades, acompanhando o crescimento da riqueza [...] erradicam os pobres para lugares escondidos ainda piores e mais densamente ocupados.” (Marx, 1967, p. 657).

Neil Smith (1986) aprofunda essa leitura ao analisar a reestruturação dos centros urbanos, nos quais o capital financeiro, a especulação imobiliária e os serviços elitizados convertem áreas antes populares em territórios voltados à valorização do solo urbano. Esse processo, ao desconsiderar as dinâmicas socioculturais que ali existiam, resulta na expulsão da classe trabalhadora para as periferias, agravando a segregação socioespacial.

No Brasil, essa lógica adquire contornos raciais marcantes. A ausência de políticas de reparação histórica, combinada com o racismo estrutural, torna a população negra a principal vítima da gentrificação. O Estado, aliado ao capital privado, atua diretamente na remoção dessas populações, disfarçando a violência urbana sob o discurso da modernização e da ordenação do espaço urbano. O resultado é a intensificação das desigualdades socioespaciais, aprofundando o ciclo de marginalização e invisibilidade social.



Exemplo dessa política urbana pode ser observado no centro histórico de Salvador, que, a partir dos anos 1990, passou por um processo de reestruturação sob a justificativa de revitalização. No entanto, como apontam Alves, Rocha e Rodrigues (2020), os benefícios oriundos desse processo, tais como a redução de impostos e incentivos à especulação imobiliária, favoreceram empresários e investidores, em detrimento dos antigos moradores da região. Nos anos 2000, o projeto “Revitalizar”, implementado por meio da Lei Ordinária nº 9.215/2017, transformou o centro da cidade em uma mercadoria, ignorando seu caráter público e comunitário.



Essa política urbana excludente é ainda mais perversa quando resulta na negação do direito básico à moradia. O relato de uma criança de doze anos, forçada a viver em praça pública após a demolição de moradias informais por agentes do Estado, ilustra a face mais cruel da gentrificação. Como afirma Fraser (2024), trata-se de uma expressão do “capitalismo canibal”, que se alimenta da expropriação de recursos naturais e humanos, apropriando-se dos bens públicos e transformando-os em instrumentos de acumulação privada.



A metáfora do “quarto de despejo”, cunhada por Carolina Maria de Jesus (2014), é emblemática nesse contexto. A favela, segundo a autora, é o espaço onde a cidade descarta aquilo que considera inútil: os resíduos materiais e os humanos. Em seu diário, ela denuncia a lógica de expulsão urbana com precisão:

Em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós, os pobres, que residíamos nas habitações coletivas, fomos despejados e ficamos residindo debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade.” (Jesus, 2016, p. 170).

A favela, como quarto de despejo do capital, é produto da exclusão sistêmica. Ela se constitui a partir da ausência histórica de investimento do Estado, da estigmatização territorial e da autoconstrução como alternativa de sobrevivência. Conforme o Observatório de Favelas do Rio de Janeiro (2009), são territórios marcados por alta densidade populacional, precariedade de serviços, racismo ambiental e intensa sociabilidade comunitária.



Em Salvador, os “quartos de despejo” do capital se multiplicam à medida que os processos de valorização imobiliária e reestruturação urbana empurram populações vulneráveis para as franjas da cidade. Como analisa Carvalho (2003), o crescimento urbano de Salvador é marcado por vetores distintos: enquanto os investimentos públicos e privados se concentram no eixo orla-norte, privilegiando áreas voltadas ao turismo e aos setores de maior poder aquisitivo, os vetores do miolo, do subúrbio ferroviário e o centro antigo acumulam precariedades. Nessas regiões, historicamente desvalorizadas, concentram-se os maiores índices de pobreza, informalidade e exclusão socioespacial.



A ausência de políticas habitacionais estruturantes, aliada à lógica do capital imobiliário, intensifica a pressão sobre essas áreas, promovendo a gentrificação e a expulsão de seus moradores. Assim, Salvador se reorganiza segundo uma racionalidade que valoriza o lucro e o consumo em detrimento do direito à cidade. A gentrificação, nesse contexto, não é apenas uma operação urbana, mas um projeto de cidade que seleciona, descarta e marginaliza, sendo um mecanismo ativo de reprodução das desigualdades raciais e territoriais.

REFERÊNCIAS

FRASER, N. *Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso*. Tradução de Aline Scátola. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

GOMES, K. C. (Criolo). *Subirusdoistiozin*. Intérprete: Criolo. Videoclipe oficial. 2010. Disponível em: <https://youtu.be/Da04TlloTg0>. Acesso em: 20 jul. 2025.

GERBER, R. *Ôrí*. Direção: Raquel Gerber; narração: Maria Beatriz Nascimento. [S.l.]: Raquel Gerber Produções; Angra Filmes, 1989. 1 filme (93 min), son., color.

JESUS, C. M. de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2016.

MARX, K. *O capital*. New York: International Publishers, 1967.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO. *O que é a favela, afinal: coletânea de textos*. 2009. Disponível em: https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/1_D_2009_O_que_favela_afinal.pdf. Acesso em: 6 jul. 2025.

SILVA, V. de S.; RODRIGUES, I. L. S. “Diz em que cidade que você se encaixa, Cidade Alta ou Cidade Baixa?”: gentrificação e a população em situação de rua de Salvador/BA. *Boletim de Conjuntura – BOCA*, Boa Vista, v. 4, n. 12, p. 114–130, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.4281458>. Acesso em: 6 jul. 2025.

SMITH, N. Gentrification, the frontier, and the restructuring of urban space. In: SMITH, N.; WILLIAMS, P. (org.). *Gentrification of the city*. London: Allen & Unwin, 1986.

RIGS

revista interdisciplinar de gestão social

set./dez. 2023
v.12 n.3 p.89-98
ISSN: 2317-2428
copyright@2014
www.rigs.ufba.br

AMAZÔNIA

Maria Cardozo



